

# Precarização do trabalho na educação a distância o trabalho do Tutor em questão



**Polyana Imolesi Silveira de França**



**Polyana Imolesi Silveira de França**

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: O  
TRABALHO DO TUTOR EM QUESTÃO**

**1ª Edição Eletrônica**

**Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações  
2016**



**Navegando Publicações**

CNPJ – 978-85-92592-00-4



[www.editoranavegando.com](http://www.editoranavegando.com)  
[editoranavegando@gmail.com](mailto:editoranavegando@gmail.com)

Uberlândia – MG  
Brasil

**Conselho Editorial**

Anselmo de Alencar Colares  
Carlos Lucena  
Dermeval Saviani  
Gilberto Luiz Alves  
José Carlos de Souza Araújo  
José Claudinei Lombardi  
José Luis Sanfelice  
Lívia Diana Rocha Magalhães  
Mara Regina Martins Jacomeli

**Copyright © by autores, 2016.**

---

França, Polyana Imolesi Silveira de

P768 A precarização do trabalho na educação a distância: o trabalho do Tutor em questão / Polyana Imolesi Silveira de França. Uberlândia : Navegando Publicações, 2016.

ISBN: 978-85-92592-06-6

I. Educação. 2. Educação à distância. 3 Trabalho docente. I. França, Polyana Imolesi Silveira. II. Título.

CDD – 190

---

Preparação – Lurdes Lucena  
Diagramação – Lurdes Lucena  
Revisão – Lurdes Lucena

Índices para catálogo sistemático

Economia	330
Educação	370
Ciência Política	320

# Sumário

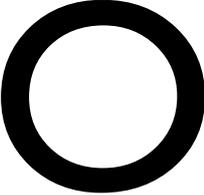
Apresentação	7
Capítulo I – A subordinação do conhecimento aos imperativos do capital a partir do processo de mercantilização da educação superior: a educação a distância em foco	9
Trabalho e conceito do trabalho em Marx: aproximações teóricas	14
A mercantilização da educação superior: a educação à distância	19
Capítulo II – Contratação, planos de carreira, garantias salariais e sociais na legislação de trabalho: o tutor na educação a distância	27
Tutor x Professor: qual a distinção?	30
Da contratação e dos salários do Tutor nas IES Privadas	55
Dos direitos Trabalhistas	58
Do Ingresso na Carreira Docente	58
Da Remuneração do Professor	59
Capítulo III – Da flexibilização espaço-temporal das atividades pedagógicas do tutor	69
Especificidades do professor à distância	73
Considerações Finais	77
Referências	81
Sobre a autora	99



**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA EDUCAÇÃO A  
DISTÂNCIA: O TRABALHO DO TUTOR EM QUESTÃO**



## Apresentação

 tema dessa pesquisa considera a precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior (IES) do Brasil, na modalidade da Educação a Distância no período de 2000 a 2010 e toma como referência o processo de mercantilização da educação superior a partir das reformas empreendidas nesse seguimento educacional.

Parte-se da problemática de que as reformas educacionais no contexto, tanto da reestruturação produtiva do trabalho quanto da reforma de Estado, iniciada na última década no Brasil e também nos demais países da América Latina, trouxeram mudanças profundas e significativas para os trabalhadores em geral e especificamente para os trabalhadores docentes.

No atual contexto questões sobre os processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho devem ser consideradas nessa discussão bem como o impacto das chamadas desvalorização e desqualificação da força de trabalho, desprofissionalização e proletarianização do trabalho docente, o docente como um trabalhador de um sistema produtivo e o docente como produto de seu trabalho.

Cuida, pois de entender a questão da precarização do trabalho docente no ensino superior na modalidade da educação a distância: a subordinação do conhecimento aos imperativos do capital e toma como referência o processo de mercantilização da educação superior e a respectiva desprofissionalização docente.

*Prof. Dr. Robson Luiz de França  
Universidade Federal de Uberlândia  
Faculdade de Educação*



## **CAPÍTULO I**

### **A subordinação do conhecimento aos imperativos do capital a partir do processo de mercantilização da educação superior: a educação a distância em foco**

*A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenha do estômago ou da fantasia<sup>1</sup>.*

**P**arece-nos, a despeito do grande número de literaturas produzidas sobre esse tema que não nos tem oferecido subsídios seguros para que se produza uma análise dos processos mais recentes de mudança nas condições estruturais do trabalho dos professores que atuam no ensino superior diretamente ligados à Educação a Distância. Entende-se que são necessários esforços que devam ir para além da interpretação do texto das reformas do estado ou da educação.

Parte-se da premissa, neste trabalho, que a educação possui uma função primeira ou, pelo menos, contribui para o desenvolvimento do ser humano o estímulo ao conhecimento.

Castel (1998) demonstra que a classe trabalhadora está desamparada pelo próprio Estado de Bem Estar Social, afirma esse autor que esse desamparo ocorre de forma diferente em cada país pois é proporcional ao desenvolvimento social e cultural dos países. De uma forma ou de outra fez ruir em maior ou menor proporção a derrocada dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores por meio de políticas implícitas e explícitas governamentais.

---

<sup>1</sup>MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1982. Livro I, v. I, p. 41.

Segundo Castel (1998), no Estado de Bem Estar Social o trabalho era parcialmente desmercadorizado e, nos moldes atuais, vive-se uma remercadorização, com acentuados níveis de precarização das relações trabalhistas e desemprego galopante.

Portanto, o capitalismo tem vivenciado, nos últimos anos, um quadro crítico de crise que por sua vez, como consequência, provoca mudanças no mundo do trabalho. Dentre as principais alterações destacam-se as novas formas de gestão e organização do trabalho, a superexploração e o desemprego. Essas mudanças possuem a característica da exigência de maior qualificação e aquisição de conhecimentos e produz contraditoriamente a redução de postos formais de empregos. Zanella (2003) salienta que esse modelo de trabalho pós-for-dista tem como base um novo contrato social que:

[...] assenta-se nos interesses individuais em detrimento aos interesses coletivos, na flexibilidade em detrimento da estabilidade e do não reconhecimento do conflito e da luta, ou seja, da negação do outro. Trata-se de um falso contrato, uma vez que é uma imposição do mais forte sobre o mais fraco, sem que o mais fraco tenha o direito de negociar (ZANELLA, 2003, p.93).

A “negociação” enquanto meio de revisão de contrato de trabalho surgiu como atributo de pessoas que se sentam em volta de uma mesa como iguais, porém como afirma Ferretti (2002), afirma ainda que “isto pode significar, no limite, a ‘naturalização’ da produção capitalista e a negação, como ‘atrasado’, do embate político em torno de interesses divergentes” (FERRETTI, 2002, p.115).

Para Mézaros (1981), a liberdade individual e a privacidade se constituíram no contexto capitalista como ferramentas indispensáveis à perpetuação desse sistema e considera que:

À medida que avança a liberação capitalista do homem, em relação a sua dependência direta da natureza, também se intensifica a escravização humana ante a nova “lei natural” que se manifesta na alienação e reificação das relações sociais de produção. Frente as forças e instrumentos da atividade produtiva alienada sob o capitalismo, o indivíduo se refugia no seu mundo privado “autônomo”. (MÉSZAROS, 1981, p.232).

Segundo Marx (2002), no entanto, indica que o trabalho é, de forma genérica, em sentido ontológico, o modo pelo qual os seres humanos produzem a sua humanidade, ou seja, produzem e reproduzem a sua existência. O trabalho é, portanto, o elemento mediador da relação metabólica entre o ser humano e a natureza, independentemente de qualquer forma social determinada.

Assim, o homem ao trabalhar e agindo de forma intencionalizada sobre a natureza para transformá-la, se diferencia dos animais, e dessa forma, produz coletivamente e por sua vez historicamente a sua existência material e concomitantemente produz cultura, ideias, crenças, valores, enfim, conhecimentos acerca da realidade. É nesse sentido que o homem se apresenta no contexto da sua produção enquanto ser humano e ser social, tanto nos aspectos objetivos quanto subjetivos.

Lukács (1984) refere-se à prioridade ontológica do trabalho para a compreensão do ser social, bem como sua relação com as demais categorias e resguarda em si a complexa relações da consciência com a realidade e desta consigo própria. Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, o seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedente, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar pela análise do trabalho.

No entanto, em se tratando de que as sociedades predominantemente no contexto atual se organizaram a partir da divisão de classes, o acesso ao conhecimento ocorre de forma desigual e desproporcional. Desigual na medida em que o conhecimento verdadeiro que poderia contribuir para desenvolver o ser humano na sua plenitude no que se refere aos aspectos sociais, urbanidade, espiritualidade, ética, estética e politicamente se dá para alguns que se encontram em condições sociais privilegiadas em termos de tempo diário disponível para essa busca enquanto que outros não têm tempo mínimo diário ou semanal para se dedicar tendo em vista a ocupação exclusiva para o trabalho na busca de sua sobrevivência material.

No que se refere ao aspecto da desproporcionalidade referimos à profundidade desse conhecimento tendo em vista uma sociedade marcadamente informacional sendo que a “notícia” é apresentada como fonte principal do conhecimento e, portanto com a formação também superficial oferecida pela sociedade é quase impossível que o indivíduo consiga se apropriar dos signos e categorias episte-

mológicas de determinados conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento de forma aprofundada e significativa limitando-se basicamente às informações.

Portanto, pela desigualdade e pela desproporcionalidade, o acesso ao conhecimento no contexto social ocorre como experiências distintas o que muda profundamente a forma como os indivíduos vêem e reagem às mudanças sociais, políticas e até mesmo como se percebem e concebem sua própria existência, marcando modelos antagônicos de percepção da vida. Marx afirma que:

[...] devemos lembrar um pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Mas, para viver, é necessário antes de tudo beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 1980. p. 32).

Assim convêm afirmar que o primeiro conhecimento obtido pelo ser humano, verdadeiro e coerente com sua condição se relaciona diretamente com sua sobrevivência por meio da alimentação, sua produção e conservação para efeito de duração.

Portanto, o ser humano desenvolveu sua inteligência bem como tecnologias para atingir esses objetivos, ou seja, associação com outros indivíduos, invenção da roda, do fogo, utilização da pedra como instrumento de caça e de defesa, bem como de construção de moradia, manutenção do calor dentre outros elementos favoráveis à sua condição de vida para assim transcender os limites naturais de todos os outros seres vivos, e por meio de tudo isso é que pôde surgir a consciência, a cultura, os valores e a história, por exemplo.

Portanto, para cada construção de tecnologia com vista à manutenção primeira do ser humano, ou seja, produção de alimentos para sua sobrevivência e perpetuação da espécie, o homem utilizou

da mediação do trabalho entendida como atividade propositada para um fim determinado (MARX, 1980).

Salienta-se, no entanto, que esse trabalho possui caracterização de constituir-se necessariamente social, pois possui conforme afirmamos anteriormente a perpetuação da espécie, da vida, etc., referindo-se assim não apenas a um fato histórico, porém ao nascimento da própria história do homem. Segundo Previtali, França e Fagiani (2012),

Na abordagem marxiana, o trabalho é considerado atividade exclusivamente humana, meio de relação homem-natureza. Ele é um elemento de mediação entre homem e natureza no processo de produção e reprodução de sua existência sociocultural. No processo de produção, o homem não apenas modifica o material ao qual deseja satisfazer suas necessidades: ele concretiza nesse material um projeto anterior criado conscientemente. Coloca em ação não apenas suas potencialidades naturais, mas também retira as potencialidades existentes na natureza e as coloca em seu favor. (PREVITALI, FRANÇA e FAGIANI, 2012, p. 146)

A concepção sobre o conhecimento que mudou a percepção sobre a história, a vida e naturalmente as condições materiais da existência humana teve sua cisão na sociedade a partir da divisão social do trabalho. O trabalho braçal entendido como o trabalho inferior, o labor de labuta, de luta, de enfrentamento físico, do sofrimento como trabalho intelectual, ou seja, aquele que foi construído simbolicamente como superior ou, melhor dizendo, o que afirma ser superior pois irá saber para governar ou que pode ser traduzido conforme a conceituação religiosa da divisão entre corpo (sede do pecado) e alma (sede da virtude), e na divisão platônica entre sentidos (percepção–distorção) e ideias (saber–verdade), (SCHNEIDER, 2003).

Tem-se assim apenas uma forma de conceber o homem, o conhecimento, a existência, as condições sociais e materiais dessa existência e pode-se também afirmar que a indústria cultural vem, sem dúvida, ocupando papel central no cenário atual e formando o que se denomina de cultura de massa<sup>2</sup>.

<sup>2</sup>Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* cunharam o termo *indústria cultural* e onde se começou a problematizar as consequências sociais da mercantilização da cultura, sob um viés *marxiano*.

Retomando o conceito de reificação que, por sua vez, além de nos remeter à coisificação dos indivíduos, refere-se também ao ato de considerar como típico, comum, natural e inevitável o que foi construído historicamente tal como o fetichismo da mercadoria, que expressa o valor subjetivo das coisas, o valor imaterial que se traduz no “*quantum*” do esforço humano para conseguir e, esse “*quantum*”, representa sua condição social e econômica na sociedade a qual está inserido, sua posição hierárquica acima ou abaixo dos demais seres humanos, classe universal e daí decorre inclusive a evidência de que não se pertence a essa classe universal e sim às determinadas classes diferenciadas pela condição material de existência. Na verdade, esse aspecto se traduz como a expressão material do fetiche do valor, da subordinação e da atividade humana ao imperativo cego de autoexpansão do capital.

É nessa perspectiva, que a teoria do valor para Marx (1980), constitui-se na propriedade abstrata de uma mercadoria, de ser equiparada com mercadorias distintas. É uma propriedade abstrata porque se distancia das propriedades concretas distintivas de cada mercadoria particular. Depreende-se que é a expressão daquilo que todas têm em comum: dispêndio de força de trabalho humana geral, ou de trabalho abstrato, fundamento de uma economia cuja produção é orientada para a troca de mercadorias (que tem como condição prévia a transformação da força de trabalho humana em mercadoria) como forma de valorizar crescentemente o valor; coisa que só é tecnicamente possível com a mediação do dinheiro.

### **Trabalho e conceito do trabalho em Marx: aproximações teóricas**

Em Marx, encontramos que o trabalho é central nas relações dos homens com a natureza e com os outros homens, porque esta é a sua atividade vital (MARX, 1993). Porém, conforme Antunes (1995) as modificações das relações de trabalho no contexto atual teriam, levado o trabalho a perder a característica de estruturação das relações sociais. No entanto, parece que as modificações no mundo do trabalho não significam transformações profundas nas relações sociais, especialmente nas relações sociais de produção (ANTUNES, 1995).

Nesta perspectiva, Antunes afirma que:

[...] a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a con-

some ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, 'actu' [de fato], força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia* [em potencial]. Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidade de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada. (ANTUNES, 2004, p. 35)

No entanto, o trabalho como atividade vital, essencial, na sociedade capitalista é explorado e essa exploração se revela na forma de compra desse trabalho por um preço sempre menor do que o trabalhador produz, neste sentido é que surge assim um processo de alienação que nada mais é que a expropriação da atividade essencial do homem. Se o trabalho, como atividade essencial e vital traz a possibilidade de realização plena do homem como tal (humanização), na exploração do trabalho, os homens tornam-se menos homens e há uma quebra na possibilidade de, pelo trabalho, promover a humanização desses.

Tanto o taylorismo quanto o toyotismo é inerente à questão da exploração da força de trabalho humana, porém para Marx (1993), o desenvolvimento da ciência e da tecnologia provocará um recuo do trabalho do homem, ou seja, o homem será gradativamente substituído pela máquina e, a atividade do operário passa a ser apenas um elemento do sistema, um acessório.

Diante disso, torna-se necessário retomar o conceito de trabalho alienado. A discussão da relação trabalho e educação são compreendidas nos seguintes termos:

[...] o que constitui a alienação do trabalho é, primeiramente o fato de o trabalho externo ao trabalhador não fazer parte de sua natureza e, por conseguinte, o fato de o trabalhador não se realizar em seu trabalho, mas negar a si mesmo enquanto sujeito. (SOUZA, 1998, p. 21).

É nesse contexto que a articulação entre trabalho e educação deve ser problematizada, uma vez que como mote atual nas sociedades capitalistas a educação é considerada como o único meio capaz de preparação do indivíduo para o trabalho.

Paralelo ao processo de articulação entre trabalho e educação bem como ao avanço do patamar científico e tecnológico no mundo do trabalho e da maior socialização da política mundial, existe a necessidade do modelo de desenvolvimento transformar-se, afirmando, assim, a política neoliberal como doutrina teórico-política da reação burguesa em busca da regularidade do sistema capitalista.

Outro aspecto fundamental é a introdução de novas modalidades de produção por meio do desenvolvimento de novas tecnologias flexibilizando o processo produtivo propiciando uma maior capacidade de adaptação às demandas do mercado.

No contexto do processo de reestruturação produtiva do capitalismo, há alguns pontos importantes a serem destacados como uma significativa desproletarização do trabalho industrial: a expansão do assalariamento no setor de serviços, a crescente incorporação do contingente feminino e uma subproletarização intensificada, configurando o desemprego estrutural em escala mundial.

Devido às transformações na organização do trabalho e nas relações de produção do sistema capitalista, constitui-se uma nova cultura organizacional para dar suporte ideológico à redefinição da forma de organização e gestão da força de trabalho denominada de administração capitalista.

Assim, no contexto da crise teórica-política no âmbito da administração capitalista, a classe empresarial consolida, na área de administração de recursos humanos, a gestão da qualidade total. Com isso, estabelecem-se novos requisitos para o sistema educacional, visando à formação e à qualificação técnico-profissional de um trabalhador adaptado às novas exigências da produção capitalista. O Estado, por sua vez, redefine seu papel procurando minimizar a sua intervenção na dinâmica social por meio do desmantelamento das instituições do estado de bem-estar social, respaldado na opção do Estado mínimo.

Nesse processo, a educação assume um novo valor e uma necessidade de adaptar-se às necessidades do mercado por meio de estratégias que atendam aos interesses de manutenção das condições de acumulação do capital e reprodução “sofisticada” de classes sociais. Assim, pretende funcionar por suas próprias condições, captando seus

próprios recursos na dinâmica do mercado e desenvolvendo a doutrina neoliberal que tem como proposta a intensificação de privatização da escola pública como política do Estado. Com isso, a escola transforma-se numa instituição de qualidade em que a administração educacional deve assumir novos paradigmas de produtividade e de qualidade. Pelo exposto, “na medida em que as escolas são pensadas como empresas que devem produzir com qualidade para competir nos diferentes mercados, o próprio sistema escolar se transforma em um mercado competitivo. Com isto, a qualidade da educação aparentemente melhora. (GENTILI, 1995, p. 4).

Nessa linha é que sob o foco do neoliberalismo, é necessário o controle e a avaliação das instituições educacionais com vistas ao controle do processo de ensino, como se ensina e o que se ensina. Essa tarefa de controle é denominada de gestão de qualidade nas escolas pelos órgãos oficiais, porém deve ser entendida como uma necessidade de o capital controlar o processo de trabalho escolar, impondo uma nova divisão do trabalho na educação.

Apresenta-se nesse esteio um movimento contraditório em que a educação visa a humanização dos indivíduos por um lado e por outro, o projeto neoliberal utiliza-se da educação para controlar os saberes que deveriam ser construídos ou produzidos socialmente.

Assim este movimento contraditório – humanização/alienação – se evidencia na educação, sendo que por um lado ela se apresenta como condição para a inserção das pessoas no mercado de trabalho, por outro, após sua escolarização, nega sua inserção. Para Saviani, 1994 p. 24, “o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Oras, sabe-se a muito que forma histórica de produzir a humanização dos indivíduos chama-se trabalho, assim devido a essa centralidade do trabalho que acontece no contexto das relações sociais, diz respeito, nesta discussão, também à educação.

No entanto, parece que as empresas se empenharam nos últimos anos a redefinir o papel na divisão do trabalho educacional na sociedade e daí redefinem por sua vez os conteúdos e estratégias educacionais, de forma que a educação seja o foco de uma política de formação de trabalhadores competitivos e totalmente adaptáveis às mudanças constantes no modo de produzir no mundo do trabalho.

É nesse contexto que ocorreu tanto ao final dos anos 1990 como nos anos 2000 uma reconstrução das políticas de formação de

trabalhadores no Ensino Superior e Ensino Técnico com vistas a repensar a qualificação dos trabalhadores, proporcionando um programa de treinamento da força de trabalho, envolvendo os trabalhadores numa nova forma de produção.

A questão do trabalho e suas implicações, para Marx se configura como:

[...] antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1982, p. 149).

É preciso compreender que o capital não só compra a força de trabalho para explorar como também busca extrair dela a mais-valia possível. Nessa ótica, Marx tem a seguinte concepção:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (MARX, 1982, p. 25).

Portanto, tanto o trabalho manual quanto o trabalho intelectual, se fundamentam no maior ou menor dispêndio das energias físicas ou mentais, e assim evidencia esta diferenciação em razão da divisão social do trabalho, e vinculando-se, geralmente, a outro tipo de trabalho a determinado grupo social. Assim a educação, é considerada como um processo de trabalho, uma vez que o homem necessita aprender meios e técnicas para ser capaz de produzir sua própria existência.

No entendimento de Gaudêncio Frigotto,

[...] tomando-se a prática escolar como uma prática social, cuja função não é a da produção de um saber específico, mas, pelo contrário, de um saber não específico, geral, que se articula com o desenvolvimento das condições técnicas e sociais de produção em diferentes níveis e mediações, esta prática guarda uma relação efetiva com a estrutura econômico-social capitalista. (FRIGOTTO, 1984, p. 156).

Nesta linha de raciocínio, Saviani afirma que: “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (SAVIANI, 1987, p. 11).

### **A mercantilização da educação superior: a educação a distância**

A partir das reflexões iniciadas nesse capítulo, entendemos que as determinações do mercado de trabalho dada a prioridade ontológica que visa desvelar as atuais configurações da educação superior no Brasil e especialmente a educação a distância nos parece fundamental evidenciar que o ensino superior, e para efeito deste estudo, a educação a distância visam, no atual contexto atender às necessidades do padrão de acumulação vigente.

Tal missiva se faz preliminar como alinhavo para as considerações a seguir que se pautam na crise do capital e suas consequências dentre elas e sua constante reinvenção, ou renovação ou ainda como muitos afirmam sua transmutação que se evidencia pela apresentação de roupagens diferentes para perpetuar sua sobrevivência e para tanto o ensino superior e a educação a distância se fazem contextualizar.

Não é possível a explicação sobre a mercantilização da educação superior e no contexto da expansão da EaD, se não pela consideração das mudanças no mundo do trabalho e estas como uma condição básica para a elevação das taxas de lucro e do processo de financeirização do capital.

Desta maneira, pode-se afirmar que a flexibilização pode ser explicada pela precarização das condições de trabalho que inclui a redução dos direitos trabalhistas e das relações de trabalho.

Para Marx (1982), trabalho produtivo é todo aquele subordinado ao capital. A característica do capital é excludente, criando um exército industrial de reserva que impulsiona os empregados ao con-

tentamento da sua situação de trabalho, acresce-se ao fato do grande aumento de professores com títulos de Mestres ou Doutores formados nas IES públicas ou privadas do país. Esse é o exército industrial da educação disponível à espera de uma oportunidade de trabalho na docência do ensino superior. Para Marx (1982), o trabalho alienado constitui-se em um processo de expropriação.

Lú-Krassine dispõe que:

Os ideólogos burgueses afirmam que o capital surgiu inicialmente graças à laboriosidade e outras virtudes dos seus possuidores: aqueles que souberam economizar tornaram-se capitalistas; os ociosos e esbanjadores tornaram-se operários assalariados. Karl Marx demonstrou quais eram as fontes de acumulação inicial do capital. O capital nasceu do despojo, da violência, da expropriação de terras aos camponeses e da pilhagem colonial. Mesmo admitindo que o primeiro capital tivesse a sua origem no trabalho, isso não modificaria a sua essência, pois que, no fim de anos, todo o capital é de qualquer modo substituído pela mais-valia, quer dizer é produto da exploração, pois os capitalistas cobrem as suas despesas com a mais-valia. A não ser pela exploração dos trabalhadores assalariados que criam a mais-valia, os capitalistas teriam esgotado rapidamente o seu capital inicial e teriam ficado sem nada. (LÚ-KRASSINE, 1985, p. 119).

A competitividade que se apresenta nesse contexto é a que vai garantir não a produtividade na inserção de projetos de pesquisas, grupos de estudos, artigos a serem publicados etc, e sim quem concorrerá a um maior número de aula no semestre ou mesmo que vai permanecer na instituição com garantia de “sobrevida” no emprego. Para Marx (1980, p.72) ocorrem na verdade o que chama de “exploração universal da vida humana em comunidade”.

Como toda imperfeição do homem é um vínculo com o céu, um ponto em que seu coração é acessível ao sacerdote, assim também toda necessidade material é uma oportunidade para a gente aproximar-se do próximo, com uma atitude amistosa, e dizer: “Caro amigo, dar-lhe-ei aquilo de que você pre-

cisa, mas você conhece a conditio sine qua non”. Você sabe qual tinta tem de usar para entregar-se a mim. Eu o trapacearei ao proporcionar-lhe satisfação”. O homem de empresa concorda com os mais depravados caprichos de seu próximo, desempenha o papel de alcoviteiro entre eles e suas necessidades, desperta apetites mórbidos, nele, e presta atenção a cada fraqueza a fim de, posteriormente, reivindicar a remuneração por esse serviço de amor. (MARX, 1980, p.72).

Parece-nos que há a expressão da correspondência entre a transformação das condições de produção e de reprodução dos assalariados, que segundo Harvey (1992, p. 118) possui condição de alterar os comportamentos de todos os tipos de agentes no setor político ou econômico de forma a manter o sistema funcionando. Percebe-se nessa situação a base material e as superestruturas relacionadas de forma a disciplinar a força de trabalho.

Marx (1982) entende que a natureza por si só não produz a separação entre os que são detentores de capital e os que não são. Essa separação, na verdade, resulta da história do próprio homem como produto de diversos movimentos sociais, revoluções econômicas e outros arranjos históricos da humanidade. A força de trabalho torna-se factível com a utilização de músculos, cérebro e nervos.

“Em virtude da natureza peculiar dessa mercadoria, a força de trabalho, seu valor de uso não se transfere realmente às mãos do comprador logo após a conclusão do contrato entre ele e o vendedor. Seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois despendeu-se determinada quantidade de trabalho social para a produção da força de trabalho, mas seu valor de uso só existe com sua exteriorização posterior. Há um intervalo entre a alienação da força e sua exteriorização real, isto é, seu emprego como valor de uso. Mas, quando medeia um intervalo entre a alienação formal pela venda e a entrega real da mercadoria, o dinheiro do comprador funciona, em regra, como meio de pagamento. Em todos os países em que domina o modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de ter funciona-

do durante o prazo previsto no contrato de compra, no fim de semana, por exemplo. Por toda a parte, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; permite ao comprador consumi-la, antes de pagá-la, dá crédito ao capitalista. (MARX, 1982, p.254).

Para compreender a questão do docente é preciso também considerar a interface entre a produção e a escola, entender que embora a escola não produza diretamente mercadorias, ela se aproxima, na verdade, de algumas de suas esferas de reprodução, portanto, a produção de mercadorias é o cerne da produção do capitalismo.

Porém há outras esferas que se fazem necessárias para viabilizar a produção das mercadorias no contexto capitalista, ou seja: 1) a capacidade produtiva do trabalhador que tem como pré-requisito um conhecimento aqui identificado como sua formação ou qualificação, e 2) a circulação das mercadorias entendido aqui como movimentação somada ao consumo. Entendemos que são nesses dois aspectos que a educação circula e tenta se relacionar com as necessidades apresentadas pelo mercado de trabalho, nesse sentido a indústria ou a fábrica necessita da produção de mercadorias e as máquinas revelam-se fundamentais nesse processo.

Assim também é na educação. O professor é uma máquina especial dotada de condições de operacionalização fundamental para que possa produzir mercadorias e colocá-las à disposição do mercado consumidor.

Na lógica do modelo toyotista de organização e gestão do trabalho, repercutiu fortemente no setor educacional e especificamente no ensino superior partindo do conceito de investimento na formação educacional com a mensagem de quanto maior o título, maior o conhecimento e melhores condições para a inserção e remuneração no mercado de trabalho.

Gentili (2002) afirma que foi no toyotismo, entre as décadas de 80 e 90 do século passado que essa concepção deslocou a ênfase do papel da escola como *locus* de formação para o emprego e fortaleceu o papel econômico da educação para a competitividade das economias globalizadas. Na visão desse autor:

[...] Passou-se de uma lógica da integração em função de necessidades e demandas de caráter coletivo [...] para uma lógica estritamente privada e guiada

pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho [...] A desintegração da promessa integradora deixará lugar à difusão de uma nova promessa, agora sim, de caráter estritamente privado: *a promessa da empregabilidade*. (GENTILI, 2002, p.51)

No ensino superior predominou-se o padrão flexível (toyotismo) a partir de 1995 com sua expansão no Brasil em detrimento de procedimentos rígidos (taylorismo-fordismo). Como consequência, produziu uma demanda de professores que vislumbraram melhores condições de trabalho e salarial no ensino superior e buscaram no processo de capacitação a garantia da empregabilidade.

Nesse sentido, o professor pode por um lado ser definido como trabalhador produtivo e, por outro, como trabalhador improdutivo, uma vez que sua característica fundamental é a capacidade de gerar mais-valia. De acordo com Bihl (1998),

[...] a apropriação, pelo capital, de suas condições gerais de reprodução volta, de fato, a encadeá-las a seu movimento autônomo de “valor em processo”. E, conseqüentemente, a lhes fazer tomar a forma de forças sociais “desencadeadas” externas e estranhas ao “corpo social”, apresentando-se perante ele sob a aparência compacta e opaca de “coisas”, de realidades existentes em si mesmas e por si mesmas. Em outros termos, ela conduz à autonomização e à reificação das forças sociais, ou seja, da capacidade de ação da sociedade sobre a natureza e sobre si mesma. (BIHL, 1998, p.146).

O mercado de trabalho no ensino privado tanto nas escolas de educação básica quanto superior tem gradativamente aumento o número de empregados a partir de dois aspectos: 1. Na educação básica tanto a classe média quanto outras classes sociais que conseguem arcar com custos de mensalidade escolar tem optado pela escolha das escolas privadas devido aos questionamentos sobre a qualidade da escola pública e 2. no ensino superior o aumento de vagas tem ocorrido em cursos mais clássicos tais como Administração, Direito, Psicologia, Medicina, Engenharias dentre outros. Esses cursos, mesmo para as IES privadas, sofriam com restrição de vagas e os custos eram mui-

to elevados, porém com a expansão, a partir do governo Lula das IES públicas, mais vagas foram disponibilizadas nas IES privadas e consequentemente aumentou a demanda por docentes.

Porém o fenômeno do achatamento salarial, intensificação do trabalho dos docentes, aumenta de carga horária e de atividades curriculares e extracurriculares sem a contrapartida salarial permanecem de forma explícita, sem contar com os propicia uma rotina de deslocamentos intensos para darem conta dessa jornada.

Portanto é fundamental questionar sobre como os trabalhadores docentes conseguem conviver com as jornadas extenuantes e ainda cientes da verticalização da precarização de seus direitos sociais, sobra do desemprego? Como convivem com as dualidades prazer/sufrimento; criação/destruição; emancipação/alienação, historicamente presentes na categoria trabalho? São essas e tantas outras, as preocupações que perpassam essa proposta, sem, no entanto consistir diretamente no contexto da pesquisa.

Especificamente na discussão sobre o trabalho docente, Mancebo (2004) alerta para a:

[...] diversidade abrangida sob o rótulo Corpo Docente. Na realidade, esse Corpo comporta um campo de práticas bastante heterogêneo, diferenças de toda ordem, dependendo do tipo de universidade, do regime de trabalho e vínculo do professor com a universidade, faculdade ou instituto. Há diferenças abissais nas condições de trabalho, na qualificação dos professores, nas origens sociais dos docentes, na participação em órgãos de classe e nas práticas que desenvolvem no ensino, na pesquisa e na extensão. (MANCEBO, 2004, p.248).

Educação e tecnologia nunca estiveram tão presentes como no momento atual. Nesse início de século a realidade virtual já é uma realidade nas nossas vidas, assumindo um papel cada vez mais importante no processo de socialização. E com isso, as escolas buscaram assumir também esta nova realidade que se apresenta como uma forma de acompanhar a tecnologia que se modifica a cada instante.

No caso da Educação a Distância, cabe lembrar que as inovações educacionais decorrem dos mais avançados recursos técnicos para a educação, situados nas sociedades industriais modernas, que na segunda metade do século 20, permitiu a sua expansão mundial ser-

vindo de um modelo de linguagem e comunicação planetária possibilitando dessa maneira o desenvolvimento tecnológico e científico, colocando para a educação, desafios imensos. Dessa maneira, as novas gerações estão conhecendo e desenvolvendo novos modos de percepção e de aprendizagem. Para Belloni (2002), no atual contexto social, o avanço da internet, por exemplo, no campo educacional,

[...] aparece como uma nova fatia de mercado extremamente promissora, na qual o avanço técnico em telecomunicações permite uma expansão globalizada e altas taxas de retorno para investimentos privados transnacionais. Evidentemente, o modelo neoliberal selvagem, aplicado nos países periféricos segundo receitas das agências internacionais, só vem favorecer a expansão das iniciativas mercadológicas de larga escala, colocando nos mercados periféricos, a exemplo do que ocorre há muito no campo da comunicação, produtos educacionais de baixa qualidade a preços nem tão baixos. É aí que se abre o mercado da educação a distância [...] gerando formas inéditas de ensino que podem até resultar, às vezes e com sorte, em efetiva aprendizagem. (BELLONI, 2002, p. 120-121).

Diante desse quadro, é que torna necessário o estudo do conceito e da prática da educação a distância, vista, porém, como parte de um processo de inovação tecnológica, levando em consideração a mediação entre a técnica e a própria aprendizagem. Sem esquecer-se dos objetivos maiores que permeiam o desenvolvimento dessa pesquisa, enfatizando a precarização do trabalho do docente que atua nesse seguimento educacional e a própria desprofissionalização docente. Segundo Belloni (2002) a educação a distância,

[...] surge neste quadro de mudanças como mais um modo regular de oferta de ensino, perdendo seu caráter supletivo, paliativo ou emergencial e assumindo funções de crescente importância, principalmente no ensino pós-secundário, seja na formação inicial (ensino superior regular), seja na formação continuada, cuja demanda tende a crescer de modo exponencial, em virtude da obsolescência acelerada da

tecnologia e do conhecimento (BELLONI, 2002, p.139).

Com isso, presenciamos na educação a distância uma forte expansão e diversificação da oferta de formação, com o objetivo de atender um público decorrente da expansão do ensino secundário, sem contar também que as próprias condições de trabalho do docente virtual no ensino superior possuem uma identidade própria bem como, as estratégias de exploração utilizadas pelo sistema de acumulação e a inexistência dos aspectos legais que regulamentam esse profissional. (BELLONI, 2002).

## CAPÍTULO II

### **CONTRATAÇÃO, PLANOS DE CARREIRA, GARANTIAS SALARIAIS E SOCIAIS NA LEGISLAÇÃO DE TRABALHO: O TUTOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.**

**E**ste capítulo descreve as condições materiais concretas do trabalho do Tutor na educação a distância. Buscou-se apresentar dados de pesquisa desenvolvida em Projeto de Pesquisa junto à Universidade Federal de Uberlândia no âmbito da linha de Pesquisa em Trabalho, Sociedade de Educação inserida no Grupo de Estudos em Trabalho Educação e Formação Humana.

Os dados coletados para a análise partiram de duas fontes principais. Análise documental<sup>3</sup> a partir de Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano de Gestão da Educação a Distância, Planos de Cargos e Salários previstos dentro do PDI de 7 Instituições de Ensino Privada do Brasil que oferecem educação a distância. Entrevistas empreendidas com Tutores que atuam em programas de EaD pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e por uma instituição privada que oferece educação a distância.

A amostra considerou o cruzamento entre os dados obtidos na entrevista que basicamente constavam de questões referentes ao regime de contratação (CLT ou Contrato por Tempo Determinado), horas de dedicação à atividade de Tutoria, atividade desenvolvida, tempo real e tempo estimado para o atendimento aos alunos (presenciais e a distância) e elaboração de relatório de avaliação.

As entrevistas com os Tutores da UAB foram realizadas com 04 profissionais que atuam presencialmente pertencentes ao quadro de tutores da EaD de uma instituição pública federal de ensino supe-

---

<sup>3</sup>Os documentos alencados são públicos e estão disponíveis na página [www.emec.br](http://www.emec.br)

rior, porém contratados pela Universidade Aberta do Brasil, sendo 02 do Curso de Pedagogia e 02 do Curso de Administração.

Procedemos também à entrevista com 04 Tutores da mesma instituição privada que oferece cursos de educação a distância sendo que todos atuam no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Pública do polo de apoio presencial de Uberlândia/MG.

Na verdade, a opção em conhecer por meio de análise de documentos acrescido de entrevistas aos tutores desta instituição privada e da Universidade Aberta do Brasil (UAB) considera que, a primeira tem se expandindo consideravelmente no país e conforme já indicamos anteriormente possui atualmente 52 campi distribuídos em 24 Estados da Federação, número altamente expressivo para a realidade brasileira.

Oferece, por sua vez, onze cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Letras, Pedagogia, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Tecnologia em Gestão Financeira, Tecnologia em Gestão Hospitalar, Tecnologia em Logística, Tecnologia em Marketing e Serviço Social.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) consiste em “um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância<sup>4</sup>”.

A UAB foi instituída pelo Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006 para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Participam do Sistema UAB as universidades públicas (federais, estaduais e municipais) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia<sup>5</sup>. Essas instituições, exclusivamente públicas devem atender nos cursos ofertados pelos Referencias de Qualidade para a Educação Superior a Distância – SEED/MEC.

A UAB se encontra representada nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil em mais de 200 polos com inserção em praticamente todas as Instituições Federais de Ensino Superior bem como com parcerias com Estados e Municípios e possui cursos nas áreas da licenciatura, bacharelado e de gestão tecnológica

4A esse respeito ver site [http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6&Itemid=18](http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18)  
5UFRJ, UFF, UFPI, UECE, UnB, UFABC, UFMT, UFPE, UFU entre outras.

de ensino superior (Administração, Biologia, Artes Plásticas, Educação Ambiental, Física, Geografia, Gestão Pública, Informática, Pedagogia, História, Letras, Matemática e Mídias na Educação).

Na verdade, a UAB conseguiu um avanço significativo conforme aponta os dados coletados por Celso Costa e Nara Pimentel (2009, p. 81):

O levantamento realizado em junho de 2009 indicou que do universo de 636 polos definidos a partir dos dois primeiros editais da UAB, 550 polos já estavam implementados (com cursos). Também as 74 Instituições de Ensino Superior Pública integrante da UAB atenderam a cerca de 165.000 alunos. (COSTA e PIMENTEL, 2009, p.81).

A Educação a Distância para a UAB tem como foco a formação de professores para a Educação Básica. Para atingir este objetivo central, a UAB realiza ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros, para promover, por meio da metodologia da educação a distância, acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional. Esse sistema foi criado pelo Ministério da Educação em 2005 no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior sob 5 eixos fundamentais:

1. Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso.
2. Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
3. A avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo MEC;
4. As contribuições para a investigação em educação superior a distância no país.
5. O financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup>Tendo como base o aprimoramento da educação a distância, o Sistema UAB visa expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. Para isso, o sistema busca fortes parcerias entre as esferas federais, estaduais e municipais do governo. (Disponível em <http://uab.capes.gov.br>. Acesso em 03 de setembro de 2012).

O sistema UAB vincula as universidades públicas a polos de apoio presencial localizados em diversas localidades. Tais polos são montados em prédios que pertencem ao poder público, e às prefeituras municipais que precisaram ser equipados com: computadores com acesso à internet, equipamento de videoconferência, projetores multimídia para encontros presenciais e biblioteca. Cada polo possui coordenação, serviço de secretaria, serviço técnico de informática, atendimento na biblioteca e tutores presenciais de cada curso.

Por outro lado, a escolha do Tutor especificamente se deu pelo entendimento de que esse profissional revela de forma explícita, seja nas IES privadas ou públicas, o retrato da exploração do trabalho e do trabalhador bem como, o perfil exigido pelo capital do trabalhador na inserção de mão de obra de baixíssimo custo e ainda pode prever ganhos imensuráveis para o capital.

### **Tutor x Professor: qual a distinção?**

A expansão da Educação a Distância considera além dos fatores já destacados no capítulo anterior aos outros de natureza didática pedagógica que considera o avanço da tecnologia como fator compulsório para a educação e os aspectos do ensino e da aprendizagem.

Na verdade essas mudanças tiveram seu início nos últimos 50 anos do século XX que acompanhou a mudança na organização social, nas formas de pensar a educação e nos processos internos da aprendizagem o que levou à adaptação da escola a esse novo contexto de interação humana em redes.

Certamente tal mudança não veio desacompanhada da reestruturação produtiva do mundo do trabalho e conseqüentemente de impactos sobre as “modelagens” educacionais que exige uma aprendizagem mais flexível e adaptada a outros seguimentos sociais para além da escola, ou melhor, que a perspectiva de que o ensinar e o aprender não precisa ficar restrito aos limites da sala de aula.

De fato pode-se entender essa necessidade em duas perspectivas. 1. há uma necessidade de aprendizagem, busca de conhecimento formal tal como escolarização, acesso aos graus de ensino em tempo diferente do ofertado pela escola dado principalmente a organização social atual; 2. Essa segunda perspectiva é a do conhecimento adquirido de modo diferente da escola em atendimento à nova organização social que não pode se sobrepor à organização humana, às condições de vida, tendo em vista que o tempo de trabalho, lazer e estudo tem

ficado cada vez mais reduzido dado a simultaneidade em que são oferecidos.

Nesta linha, o trabalho dura mais que as horas destinadas, ou seja, 8 horas diárias como padrão do trabalhador brasileiro. O estudo se estende para além da sala de aula, invade o lazer, o espaço da convivência familiar, do descanso, das férias, feriados e finais de semanas.

Não é raro perceber como os professores do ensino superior que, após uma longa jornada de trabalho diário ainda, no seu lar, recolhe-se em frente ao computador para responder a e-mails, corrigir trabalhos, revisar artigos, compor livros-textos, participar de fórum de estudo, construir blogs, etc, etc.

De acordo com Belloni (2001) a EaD, no Brasil, passou por três gerações a saber. A geração do material impresso, a partir do ensino por correspondência muito divulgada nos cursos profissionalizantes e de alfabetização nos anos 1960 perdurando até final dos anos 1980. A segunda geração no caso do Brasil se apresentou nos anos 1990, utilizaram de um conjunto de mídias impressas (Guias de Estudos) mídias eletrônicas tais como rádio, televisão/vídeo. Já a terceira que tem início, no caso brasileiro nos anos 1990, surge ao lado das mídias impressas e eletrônicas da segunda geração apresenta agora a utilização do computador e da internet como forma de consolidação.

De uma forma ou de outra a crítica principal à EaD no aspecto didático-pedagógico quase consensual entre os autores dentre eles, Belloni (2001) e Fiorentini (2003) é seu caráter tecnicista por um lado, principalmente no aspecto do material utilizado e ainda de natureza instrucionista, ou seja, consistente, com manual de instrução para execução de tarefas.

No que se refere à questão da diferenciação do Tutor e do Professor, de acordo com a Secretaria de Educação a Distância (SEED), órgão vinculado ao Ministério da Educação, os diferentes papéis exercidos pelo professor na EaD sejam ministrando aulas presenciais cuja denominação no contexto é a de professor formador ou de elaborar material didático-pedagógico denominado de professor conteudista, a SEED entende como competências mediadoras tendo em vista que esses profissionais a saber professor formador ou professor conteudista devem no mínimo ser capaz de conseguir elaborar material didático-pedagógico em linguagem adequada para o entendimento do aluno de tal forma em que mesmo à distância esse aluno consiga entender a comunicação escrita como se falada fosse.

Essa atribuição é especialmente voltada para o professor conteudista. Já para o professor formador a competência requerida é a de ser capaz de conseguir problematizar em curto espaço de tempo os conteúdos propostos para a disciplina dos cursos. Segundo a SEED a esses professores compete:

[...] estabelecer os fundamentos teóricos do projeto; selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas; identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes; definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares; elaborar o material didático para programas a distância; realizar a gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem, em particular motivar, orientar, acompanhar e avaliar os estudantes; avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de ensino superior a distância. (BRASIL, 2007, p. 20).

Nesta configuração é que segundo a SEED surge a figura fundamental do processo da EaD que denomina-se de Tutor pois seu papel primordial é o de acompanhamento dos alunos. Da mesma forma que o professor e o tutor se dividem em dois papéis ou funções, com o tutor presencial e tutor à distância também acontece o mesmo. Assim,

O tutor deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico (BRASIL, 2007, p. 21).

Nesta linha segundo a SEED, o tutor presencial é o profissional que atende o aluno diretamente no polo, orientando-o na execução de suas atividades, auxiliando-o na organização do seu tempo e dos seus estudos.

No levantamento que procedemos no aspecto da formação desse profissional não é exigido dele graduação em alguma licenciatura e sim que, tenha formação no curso em que irá atuar tendo em

vista o conhecimento da área para facilitar na resolução de dúvidas dos alunos em relação ao conteúdo ministrado.

Nesta linha, já de imediato, percebe-se que o tutor exerce atribuição também de docente, pois uma de suas atribuições é responder as dúvidas dos alunos em relação ao conteúdo conforme afirmamos acima. Por outro lado, com base na sua formação generalista, se especializou em um campo disciplinar e deve responder a todas as questões dos alunos referentes a todas as disciplinas, atividade que deveria requerer uma formação mais ampla e verticalizada.

Saliente-se que o tutor presencial é na verdade a referência que o aluno tem de professor tendo em vista sua proximidade com os alunos que acaba por desenvolver um relacionamento que deve pautar-se na afetividade.

Já o tutor a distância, segundo a SEED é o responsável pela mediação e pelo acompanhamento do aluno, oferecendo suporte em relação ao conteúdo ministrado na disciplina ou no curso, ou seja, a “principal atribuição deste profissional é o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros.” (BRASIL, 2007, p. 21). Assim, cabe ao Tutor a distância promover espaços de construção coletiva, selecionar material e enviar material de apoio aos conteúdos estudados.

Belloni (2006) utiliza a expressão professores/tutores e considera que estes devem desempenhar um papel de fundamental importância no processo educacional de cursos superiores a distância. O Tutor, portanto, deve estabelecer relação entre todos os elementos que compõem a estrutura da aprendizagem nesse modelo de ensino.

Em diversos estudos que empreendemos a respeito da figura e dos papéis exercidos pelo Tutor a partir de BELLONI (2001), ALMEIDA (2001), ALVES (2009), GUTIÉRREZ, F. & PIETRO (2009) entre outros, destacam como fundamental o papel do Tutor e ainda demonstram que alguns definem que o Tutor GUTIÉRREZ, F. & PIETRO (2009) é professor e deveria ser designado como Professor Tutor.

Segundo ainda Cardoso (2007) e ARETIO (2002), todo o curso de EaD prescinde necessariamente do Tutor, uma vez que, o próprio Tutor faz tutoria e esta é vista como uma ferramenta no processo de aprendizagem na EaD. Vale salientar que historicamente a figura do Tutor era entendida como um guia, orientador. Segundo Maggio (2001) tutor é guia, protetor ou defensor de alguém em qualquer aspecto, enquanto o professor é aquele que “ensina qualquer coisa, geralmente

a respeito de quem recebe o ensino”. Nas perspectivas tradicionais da modalidade a distância, era comum sustentar que o tutor dirigia, orientava, apoiava a aprendizagem dos alunos, mas não ensinava.

Outro fato que diferencia substancialmente o ensino livre do ensino a distância é a existência de canais organizados de comunicação professor-aluno, como é o caso da consulta individualizada e a assessoria tutoria. A consulta, a orientação, qualquer que seja o meio empregado, são de vital importância, já que cumprem uma série de funções necessárias na educação, que, mesmo a distância, continuam sendo insubstituíveis:

1. Informar o aluno sobre os conteúdos científicos e técnicos, técnicas de trabalho intelectual, o andamento de seus estudos e sua compreensão das matérias.
2. Motivar o aluno para continuar estudando, apesar das dificuldades de todo tipo que possam surgir.
3. Possibilitar o conhecimento do aluno por parte dos professores, de forma direta pelos professores tutores e, através de seus relatórios, pelos da sede central permitindo assim uma avaliação final mais correta e o necessário controle das dificuldades que possam ser colocadas pelos materiais didáticos utilizados. (MAGGIO, 2001, p. 18-19).

Porém, no atual contexto, o desenho predominante da Tutoria se divide em duas propostas também, ou seja, temos um modelo de Tutoria que parece constar das Universidades Públicas que oferecem EaD e outro modelo nas Instituições de Ensino Superior Privadas.

Nesta linha, considerando primeiramente as Universidades Públicas que adotam na sua maioria o modelo proposto pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) que na verdade, por meio da Capes, financia os projetos de Educação a Distância por meio de Bolsas para Professores Conteudistas (elaboram o material didático das disciplinas, avaliação, treinam os tutores presenciais, gravam as aulas em vídeo e acompanham o desenvolvimento das atividades avaliativas por meio dos tutores), além de pagamento de bolsas para os Tutores presenciais e à distância, coordenadores e pagam pela publicação dos Guias de Estudos (conteúdo das disciplinas) elaborado pelos professores e entregue aos alunos matriculados no curso além da estruturação e manutenção dos polos de apoio aos alunos.

Nas IES privadas que pesquisamos sobre os papéis do tutor<sup>7</sup> tem-se a figura do Tutor presencial e à distância. Porém, percebe-se que o Tutor presencial é também o professor, uma vez que, o material de conteúdo das aulas é elaborado por profissionais especializados da área contratados especificamente para este fim com remuneração apenas para a elaboração dos guias de estudo cuja autoria passa a ser o da IES contratante.

Tanto nas IES públicas como nas IES privadas é no Guia de Estudos considerado na linguagem da EaD um produto que o autor/docente cria propostas de atividades para reflexão, apoia sua resolução, sugere fontes de informação alternativas, oferece explicações, favorece os processos de compreensão; isto é, guia, orienta, apoia, e nisso consiste seu ensino. O que parece como uma contradição nada mais é do que o reflexo de uma profunda mudança nas concepções pedagógicas que se encontravam na origem da modalidade a distância.

Sustentava-se, conforme MAGGIO (2001) que o tutor não ensinava, uma vez que, “ensinar” era sinônimo de transmitir informação ou de estimular o aparecimento de determinadas condutas. Dada a falta da presença sistemática do docente, o lugar de ensino assim definido fica a cargo dos materiais, pacotes autossuficientes, fortemente sequenciados e pautados (Guias de Estudo, CDs/DVDs, acesso à plataforma de estudos), cujo desenvolvimento concluía-se com uma proposta de avaliação semelhante em sua concepção de ensino.

A tarefa do tutor nesta linha consistia em assegurar o cumprimento dos objetivos, oferecendo um apoio que, da perspectiva do programa, incorporava mais uma variável para o controle e para o ajuste dos processos. A modalidade se definia pela mediatização, pela autossuficiência dos materiais e pelo autodatismo. Dessa forma, assumiu-se que eram os materiais que ensinavam, e o lugar do tutor passou a ser o de um “acompanhante” funcional para o sistema.

No entanto, essa concepção que parece ser dos anos 1980 a 1990 permanece principalmente nas Universidades Públicas na parceria com a UAB. Uma vez que o papel do Professor é como o mentor do conteúdo, o que dirige a aprendizagem por meio do material elaborado, leituras indicadas, avaliação proposta que, cabe ao Tutor presencial e à distância papel de coordenar a consecução dessas atividades, isto em tese como veremos posteriormente.

---

<sup>7</sup>Anhanguera, UNOPAR, UNIARA, UNIP, Estácio de Sá, Castelo Branco e UNISA.

Neste contexto é preciso apresentar antes o conceito de Tutoria tendo em vista que essa atividade se desenvolve sob dois aspectos a Tutoria Presencial e a Tutoria à Distância.

O Conceito de Tutoria partiu conforme já indicado acima da necessidade de um profissional que estivesse em maior contato, face a face, com o aluno. Essa necessidade na verdade deve ser contextualizada dentro da amplidão de alunos que o sistema de Educação a Distância se propõe a atingir ao mesmo tempo.

No ensino presencial tem-se um professor em um determinado horário ou turno para 30, 40 ou até 50 alunos cujo ensino se dá ao mesmo tempo para todos de forma uniforme.

Na EaD é diferente, uma vez que, a proposta considera o aprender a toda hora e a qualquer momento, ou seja, o aluno tem à sua disposição durante 24 horas por dia o material impresso e disponível na plataforma de estudo, as orientações das atividades a serem desenvolvidas, as aulas on-line gravadas à disposição e em horários pré-determinados o desenvolvimento de atividades como fórum, chats, wikis, dentre outras, que necessita da presença on-line do Tutor à distância ou do Professor.

Portanto, o professor da EaD não atinge apenas uma classe e sim 10 classes ou 100, 200 e até milhares de alunos ao mesmo tempo em termos de um conteúdo em um semestre para um só curso por meio do seu material ou das aulas on-line. Esse alcance só é viabilizado utilizando-se do tutor, daí criou-se um novo conceito, um novo profissional: o tutor.

Esse profissional é entendido por muitos estudiosos sobre a EaD como um facilitador de aprendizagem e tem como uma de suas funções centrais promover a mediação entre o professor/especialista/conteudista, o aluno/estudante, o material de apoio/didático do curso e as atividades práticas a serem desenvolvidas tais como avaliações, estudos de casos, construção coletiva de textos e conceitos dentre outros. Para Souza,

A tutoria pode ser entendida como uma ação orientadora global chave para articular a instrução e o ato educativo. O sistema tutorial compreende, dessa forma, um conjunto de ações educativas que contribuem para desenvolver e potencializar as capacidades básicas dos alunos, orientando-os a obterem crescimento intelectual e autonomia e para ajudá-los a tomar decisões em vista de seus desempenhos

e suas circunstâncias de participação como aluno (SOUZA, et al, 2007, p. 2).

Peters (2001) apresenta que o tutor é uma peça indispensável no processo de orientação dos alunos de um curso a distância. É ele quem, aos poucos, deve fazer com que os alunos percebam o quanto o trabalho colaborativo pode ajudar o processo de ensino e aprendizagem. Sobre o surgimento desse profissional, Preti (apud SILVA, 2008) relata que,

A figura do tutor no campo acadêmico surgiu ao final do século XV, no interior de universidades inglesas como Oxford e Cambridge, que buscaram um sentido no campo jurídico para o tutor: função de tutelar, proteger o menor, administrar seus bens até alcançar a maioridade. (PRETI, apud SILVA, 2008, p.44).

Portanto, a função caracterizada historicamente para o Tutor seria a de assessoramento ao professor no atendimento ao aluno e suas necessidades, sempre sobre a coordenação do professor responsável pela disciplina ministrada.

Em um estudo desenvolvido por Salgado (2003) apresenta exemplos de função de tutor, em diversas instituições de ensino, a saber:

Open University, da Inglaterra: tutor, chamado de *associate lectures* com qualificação acadêmica ou experiência profissional adequada à área da disciplina a ser tutoriada. Não se exige especialista. Responde pelas avaliações de exercícios práticos ou escritos, mas é instruído a encaminhar seus alunos à especialistas quando não está seguro quanto as suas dúvidas. Habilidades e familiaridade com instrumentos de tecnologia de comunicação e informação são requeridas, além do comprometimento com a educação como aceitação de desafios, diversidade, necessidades. Realiza tutoria presencial ou a distância, individual ou, eventualmente, em grupo. Recebe capacitação da universidade e é monitorado por dois anos, por um tutor mentor, “sênior”, por período

probatório. Não pertence ao corpo docente da universidade.

Universidad Nacional de Educación a Distancia, da Espanha: figura presencial, o tutor é o vínculo entre a instituição e o aluno. Não pertence ao corpo docente da universidade e lhe cabe facilitar o processo de aprendizagem do aluno. Avaliação de exercícios práticos lhe é delegado, porém, aplicação e correções de provas, não. Também não se pede um especialista, mas alguém que possa ajudar o aluno em sua aprendizagem e formação. Capacitado pela universidade.

Universitat Oberta de Catalunya, da Espanha: instituição totalmente virtual, com atividades desenvolvidas pela Web. Possui dois tipos distintos de tutores. O primeiro é chamado “tutor de início”. Ele atua da matrícula ao final do primeiro semestre. Tem como função facilitar e ajudar o aluno em sua adaptação e desenvolvimento através do novo método de aprendizagem. O segundo é o “tutor de processo” – aquele que orienta o aluno na escolha do melhor caminho para o desenvolvimento do curso. A Universitat Oberta de Catalunya possui também o “consultor” (interlocutor específico de cada disciplina do curso). Este, embora não seja quem planeja o curso, tem a função de orientar o aluno como melhor abordar o conteúdo, eixos temáticos, esclarece dúvidas, cria avaliações e avalia os alunos. (SALGADO, 2003 p.32)

Na verdade, convém lembrar que, para a profissão de Tutor que exerce a Tutoria na educação a distância ainda não há catalogação no Ministério do Trabalho como uma profissão e tampouco existe curso regulamento para a formação desse profissional.

Saliente-se que ainda está em andamento na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que busca a profissionalização de Tutores de EaD, (PL 2435/2011) que, por sua vez, dispõe sobre a regulamentação do exercício de Tutoria em EaD e prevê entre outros aspectos a formação escolar regular para o exercício profissional.

Esta situação ainda vai demandar muita discussão exatamente devido ao ponto que aqui expomos, ou seja: é o Tutor presencial ou a distância professor? Nesta linha é que o projeto de lei busca avançar e ainda depende de muita discussão tendo em vista que para uma

grande maioria (e nos incluímos nela) o Tutor deve ser visto para muito mais que um mediador ele é na verdade o professor seja na prática como ocorre nas IES públicas ou na teoria como ocorre na maioria das IES privadas.

Portanto, o documento que subsidia a PL 2435/2011 indica que o exercício da docência, independente de ser presencial ou à distância, está inserido nos princípios da educação, segundo a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 e que, portanto, o Tutor deve ser considerado um Professor e nesta linha não há o que ser regulamentado, pois a docência já é devidamente regulamentada, seja por lei ordinária seja por decretos e resoluções, emanadas do Ministério da Educação e seus órgãos.

Nesta linha reiteramos que a profissão de professor já é regulamentada, existem sindicatos e outras associações que representam a categoria, e como o tutor exerce uma função de docência, não faria sentido regulamentar sua atuação como uma profissão distinta, o que não só levaria à divisão da categoria, como também ratificaria a exploração a que boa parte dos tutores é submetida no Brasil, com salários muitíssimos inferiores aos dos professores presenciais, muitas vezes sem registro, direitos trabalhistas etc.

De acordo com estudos desenvolvidos por Litto e Formiga (2009), o tutor é o que efetiva o curso, as aulas, a aprendizagem dos alunos em todos os níveis. Ainda nesta linha, Mauri Collins e Zane Berge (1996) reiterados em estudos de Prati (2002) classificaram as várias tarefas e papéis exigidos do professor-tutor em quatro áreas: pedagógica, gerencial, técnica e social.

Função pedagógica - diz respeito ao fomento de um ambiente social amigável essencial à aprendizagem *online*.

Função gerencial - envolve normas referentes ao agendamento do curso, ao seu ritmo, aos objetivos traçados, à elaboração de regras e à tomada de decisões.

Função técnica - depende do domínio técnico do professor, sendo então capaz de transmitir tal domínio da tecnologia aos seus alunos.

Função social - significa facilitação educacional. O professor é responsável por facilitar e dar espaço aos aspectos pessoais e sociais da comunidade *online*. Collins e Berge (1996, apud Palloff; Pratt, 2002:104), referem-se a essa função como “estímulo às relações humanas, com a afirmação e o reconhecimento da contribuição dos alunos”.

Portanto, seja o Tutor à distância ou presencial, será para nós, professor-tutor como o sujeito que interage diretamente com o educando e em várias situações como: questões administrativas, durante o processo de ensino e aprendizagem, no processo de avaliação e durante o trabalho de tutoria das atividades do curso, portanto, deve ser considerado o “fator humanizador” do sistema de Educação a Distância.

Segundo o INEP, de acordo com o Censo Educacional de 2010 e ainda conforme projeto da UAB, já citado neste trabalho por nós, este profissional precisa cumprir a carga horária de trabalho de 20h semanais, acompanhando em média 25 a 30 alunos. Sua remuneração é de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) paga pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) na forma de bolsa, sem direito algum à questões trabalhistas como férias ou fundo de garantia por tempo de serviço, por exemplo, de acordo com o Edital da CAPES (2010) assunto que discutiremos no Capítulo IV.

Com relação a carga horária de trabalho, o professor-tutor é contratado para exercer uma rotina de trabalho fixada em 20h, no entanto, as atividades regularmente ultrapassam o horário determinado.

Segundo o Laboratório de Novas Tecnologias de Ensino- LAN-TE (2010) são atribuições do tutor:

Conhecer o projeto didático-pedagógico do curso e o material didático da disciplina sob sua responsabilidade, demonstrando domínio do conteúdo específico da área.

Participar das atividades de capacitação/avaliação de tutores propostas pela Diretoria Adjunta de Tutoria e pelos tutores coordenadores de disciplina.

Auxiliar o professor Coordenador de disciplina em todas as suas funções, inclusive na capacitação e apoio aos tutores presenciais.

Conhecer o cronograma de estudo e das avaliações da disciplina sob sua responsabilidade.

Orientar, através da prática, para a metodologia de educação a distância, enfatizando a necessidade de se adquirir autonomia de aprendizagem.

Orientá-los sobre a importância da utilização de todos os recursos oferecidos para a aprendizagem.

Encorajar e auxiliar os estudantes na busca de informações adicionais nas mais diversas fontes de infor-

mação: bibliotecas virtuais, endereços eletrônicos, bibliotecas etc.

Participar do processo de avaliação do material didático quando solicitado.

Auxiliar o professor coordenador de disciplina na oferta de oportunidades de aprendizagem através da plataforma (fórum, 'chats', construção de páginas da disciplina, formação de grupos de estudo virtuais, etc.).

Comunicar-se com os estudantes ausentes nas avaliações por e-mail/ telefone, encorajando-os a recorrer à tutoria à distância /presencial como um auxílio no processo de aprendizagem.

Participar de encontros, atividades culturais, videoconferências e seminários presenciais programados pela coordenação do curso.

Cumprir com pontualidade os horários de atendimento aos estudantes, bem como as tarefas designadas pela Coordenação do Curso.

Participar da correção das avaliações tanto presenciais como a Distância bem como da elaboração de gabaritos.

Apesar de a modalidade a distância estar evoluindo cada vez mais e abrangendo vários níveis de educação no Brasil, o termo “tutoria” e “tutor” são recentes no âmbito educacional brasileiro em EAD. Exemplos dessa ação começaram a aparecer somente neste século, em relatos, pesquisas e estudos de profissionais envolvidos na área do ensino a distância. As funções e características da personalidade desse “novo” educador e sua atuação nos cursos a distância são objetos de estudos de pesquisadores como Azevedo (2008), Neder (2000), Oliveira (2003), Silva (2008), entre outros.

Aretio (2002), em suas pesquisas sobre o perfil de um tutor, destaca três qualidades essenciais da boa ação tutorial: 1) cordialidade (capacidade de fazer com que o aluno sintase bem recebido e respeitado, e sutileza no trato, gestos, expressões, tom de voz etc.); 2) aceitação (capacidade de acolher e aceitar seu aluno e suas dificuldades e problemas, estar sempre presente, fisicamente ou por telefone e e-mail, e convencimento de que o aluno é visto com respeito e que é merecedor de atenção), e 3) integridade e autenticidade (atitude honesta e verdadeira sobre as expectativas do aluno quanto ao curso e aos conteúdos, não demonstrando saber o que não sabe e mantendo

uma relação de troca, na qual, alunos e tutor pesquisam e aprendem em parceria).

Conforme Maggio (2001) é preciso saber administrar níveis diferenciados de tempo, rompendo com sua lógica linearizada, e revedo formas de administrar o tempo de tutoria e o tempo que se compartilha nas instituições em que estão inseridos como tutores. A autora conclui reforçando o diálogo entre a instituição e a equipe de tutores, para que, de fato, ocorra um processo de formação significativa para o aluno, ultrapassando a simples certificação.

Considerando as várias teorias existentes atualmente sobre o trabalho do tutor, o perfil desse profissional e as caracterizações sobre suas diferentes funções no campo da educação e, em particular, na modalidade à distância, encontramos semelhanças que aproximam esse ator às funções desempenhadas por um professor-orientador. Indo além, como ressalta Silva (2008, p. 47),

O tutor é um facilitador, que ajuda o estudante a compreender os objetivos do curso. O tutor torna-se um observador que reflete constantemente junto ao aluno a sua possível trajetória acadêmica, é um conselheiro e também um psicólogo, capaz de compreender as questões e as dificuldades do aprendiz e de ajudá-lo a responder de maneira adequada. É também um especialista em avaliação formativa e administrador para dar conta de certas exigências da instituição. (SILVA, 2008, p.47).

Nesta mesma linha Lázaro e Asensi (2008) afirmam que,

[...] ser tutor é ser professor que se encarrega de atender diversos aspectos que não são tratados nas aulas. O tutor também é o professor, o educador integral de um grupo de alunos. A tutoria é uma atividade inerente à função do professor, que se realiza individual e coletivamente com os alunos em sala de aula a fim de facilitar a integração pessoal nos processos de aprendizagem; é a ação de ajuda ou orientação ao aluno que o professor-tutor pode realizar além de sua própria ação docente e paralelamente a ela. (LÁZARO e ASENSI, 2008, p. 37).

É neste sentido que mais uma vez reiteramos que o Tutor é um professor devido aos conhecimentos que apresenta bem como, as competências que se assemelham a de um bom professor.

A tutoria presencial tem como objetivo ajudar o estudante proveniente da educação presencial, em que os alunos, via de regra, têm uma atitude passiva em relação à aprendizagem. Para se adaptar à educação a distância, requer sua participação ativa no processo de aprendizagem, buscando autonomia de aprendizagem. Por isto, atua no polo regional<sup>8</sup>, próximo ao aluno.

Cumprindo assim, algumas funções muito importantes tais como: colocar a presença humana no processo de aprendizagem, tornando a EaD um processo menos solitário e mais comunitário, aumentando assim a adesão do estudante ao sistema. Assim, é função da tutoria presencial, estimular e promover a formação de grupos de estudo no polo, incentivar e ensinar o uso de todos os recursos de aprendizagem oferecidos, particularmente a tutoria à distância, os fóruns e chats na plataforma, bem como as atividades presenciais obrigatórias agendadas. E também, auxiliar os estudantes a criarem novos hábitos e comportamentos no sentido de traçar uma estratégia de estudo para alcançar metas específicas dentro de um cronograma marcado pelas avaliações presenciais. Trata-se de criar o hábito de estudar diariamente, identificando o essencial e as informações complementares. Outra função de extrema importância é apoiar os alunos diretamente em relação ao conteúdo específico, tirar suas dúvidas, apontar-lhes alternativas para aprendizagem, recomendar leituras, pesquisas e atividades. Por isso, a tutoria presencial é oferecida para todas as disciplinas do curso.

O sistema da instituição privada de Educação que estamos trabalhando, por exemplo, apresenta diferença entre o Tutor presencial e à distância no seu Plano de Desenvolvimento Institucional<sup>9</sup>. Para esta instituição privada cabe ao Professor EaD, responsabilizar-se pelas atividades de planejamento e execução das teleaulas, bem como elabo-

---

<sup>8</sup>Polo de educação a distância, ou polo de apoio presencial, é o local devidamente credenciado pelo MEC, no País ou no exterior, próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. É no polo que o estudante terá as atividades de tutoria presencial, biblioteca, laboratórios, teleaulas, avaliação (provas, exames, etc.) e poderá utilizar toda a infraestrutura tecnológica para contatos com a instituição ofertante e ou participantes do respectivo processo de formação." Fonte: MEC/INEP/SEED, 2012.

<sup>9</sup>Documento referente ao quinquênio de 2012 à 2016 e apresentado ao Ministério da Educação em 2011 disponível no Site [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

ração dos materiais didáticos, acompanhamento das atividades indicadas aos alunos e processo de avaliação.

O professor EaD fundamenta a sua ação tendo por base as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Projeto Pedagógico do Curso, (Brasil, 2011). É o responsável por participar na elaboração do cronograma de teleaula, tendo por base o Calendário Acadêmico. Destacam-se ainda entre as suas principais funções:

Produzir e atualizar o material didático a ser disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem;  
Planejar e ministrar a teleaula, incluindo participação nos momentos reservados às atividades que não coincidem com a transmissão ao vivo, por meio de interação *on line*;  
Elaborar plano de ensino e roteiros de atividades, conforme modelos orientados pelo Centro de Educação a Distância.  
Elaborar os materiais didáticos cotidianos, tais como slides, avaliações da aprendizagem e gabaritos;  
Orientar os professores-tutores a distância na mediação com os alunos e na aplicação das provas e demais atividades avaliativas nos polos de apoio presencial;  
Auxiliar e orientar os professores-tutores a distância no processo de correção das avaliações de aprendizagem, tanto provas quanto atividades avaliativas;  
Participar de atividades de capacitação organizadas pelo Centro de Educação a Distância;  
Exercer outras funções que lhe forem delegadas pelas instâncias superiores. (Referências para Educação a Distância, 2011 p. 32)

No que se refere ao Tutor a Distância esta instituição privada em destaque justifica que a função está de acordo com a legislação vigente e baseado nos *Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância do MEC, 2011*, o Centro de Educação a Distância – CEAD que, por sua vez, designa como Tutor a Distância o profissional que atua na Sede, atendendo aos estudantes em horários preestabelecidos, auxiliando o professor EAD e a coordenação de curso.

Colocam que o Tutor a Distância é um profissional graduado na área de conhecimento do curso e tem a função de acompanhar e

incentivar o processo da aprendizagem dos estudantes, com ênfase nas relações destes com os conteúdos, materiais didáticos, demais colegas de turma, tutores presenciais, coordenadores acadêmicos EaD e professores EaD.

Para a instituição privada em estudo, o Tutor a Distância, utiliza primordialmente o ambiente virtual de aprendizagem para esse acompanhamento do corpo discente, que é realizado da forma mais personalizada possível.

Ainda consideram que o Tutor a Distância deve colaborar com o pleno desenvolvimento dos processos didático pedagógicos, inclusive auxiliando na correção das avaliações de aprendizagem a partir das orientações e sob supervisão do professor EaD.

Segundo a instituição privada de ensino dentre os fundamentos da atuação do Tutor a Distância está o conhecimento do projeto pedagógico do curso, bem como do material didático e dos conteúdos específicos preparados cujo objetivo é auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, colaborando no esclarecimento das dúvidas sobre as temáticas abordadas, bem como incentivando a formação do sentimento de pertença social, fator essencial para um processo educacional significativo.

De acordo com a proposta desta mesma instituição privada de ensino as principais atividades desenvolvidas pelo Tutor a Distância são:

Auxiliar os professores EaD e coordenadores de cursos em todas as atividades que se fizerem necessárias para o bom andamento do curso;

Interagir com alunos, tutores presenciais, coordenadores acadêmicos EaD, tutores a distância e professores EaD por mensagens relacionadas ao conteúdo, tais como orientações quanto às leituras, esclarecimentos sobre pontos principais, discussões sobre questões apresentadas e sínteses de debates, dentre outros;

Interagir com alunos, tutores presenciais, coordenadores acadêmicos EaD, tutores a distância e professores EAD por mensagens relacionadas aos processos, tais como descrições sobre a ordem das atividades, pedidos de envio de tarefas realizadas, orientações quando alunos se mostram confusos a respeito

dos próximos passos e indicações sobre como a turma deve se organizar, dentre outros;

Orientar sobre o uso de softwares, hardwares, como enviar arquivos anexos, formatação de textos ou imagens e acesso a sites, dentre outros;

Orientar quanto ao comportamento esperado dos alunos, informando sobre código de conduta, diretrizes contra plágios, palavreado indevido e regras de boa convivência nas relações mediadas pela internet ou e-mails;

Esclarecer dúvidas, questionamentos, sugestões e observações dadas por alunos e tutores presenciais sobre atividades ou materiais didáticos disponibilizados;

Interagir regularmente com os alunos sob sua responsabilidade;

Emitir mensagens escritas com clareza, que remetam às questões enfocadas, gramaticalmente corretas, objetivas e não monossilábicas;

Usar exemplos para estimular a discussão, sem tornar o ambiente virtual de aprendizagem um “consultório”, mas capaz de humanizar as relações.

Ser amigável, educado, profissional e atencioso nas interações.

Dialogar com uma variedade de alunos e não se concentrar em apenas um grupo ou indivíduo.

Responder consistentemente às perguntas e questões dos discentes dentro do prazo estabelecido, em menos de 24 horas-úteis (entende-se como “horas-úteis” as compreendidas entre 8 e 22 h, de segundas a sextas-feiras, bem como das 8 as 13 h, aos sábados);

Demonstrar animação e entusiasmo com o processo de aprendizagem;

Monitorar os grupos de estudo e encorajar a colaboração;

Elaborar novidades a partir da participação dos alunos e acrescentar outros estímulos à discussão sempre que possível;

Manter os alunos orientados para os objetivos de aprendizagem propostos, sem abrir mão da empatia;

Acompanhar alunos para que não se ausentem do espaço virtual por mais de uma semana;

Emitir comentários específicos, detalhados e construtivos a respeito de atividades entregues por alunos;

Conhecer detalhadamente os materiais, as teleaulas e videoaulas, as atividades, os procedimentos didáticos e os recursos tecnológicos da disciplina ou módulos;

Auxiliar os professores EaD e tutores a distância na realização de trabalhos, na seleção e organização de materiais de apoio que deem sustentação teórica qualificada para o desenvolvimento do curso;

Manter diálogo constante com os tutores presenciais e coordenadores acadêmicos EaD sobre a realização das atividades;

Incentivar os alunos para o uso do ambiente virtual de aprendizagem, das tecnologias e atividades a distância, valorizando o estudo e a experiência de cada um;

Providenciar a abertura dos fóruns, *chats* e outros recursos de interação, conforme planejamento prévio;

Participar das atividades solicitadas pelo professor EaD ou pela coordenação do curso;

Auxiliar os professores EaD e tutores a distância na correção das provas e outras metodologias de avaliação da aprendizagem;

Analisar o desempenho dos alunos e propor procedimentos que melhorem o seu rendimento, quando necessário;

Participar de capacitação técnica e pedagógica, presencial e a distância, bem como reuniões promovidas pelo Centro de Educação a Distância – CEAD;

Estudar previamente o material didático relacionado às respectivas teleaulas e videoaulas;

Cumprir e fazer cumprir o Calendário Acadêmico;

Ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação dos alunos que estão cursando disciplinas em regime de Dependência, Adaptação ou Integralização;

Cumprir outras funções que lhe forem delegadas pelas instâncias superiores. (Projeto Pedagógico, 2010, p. 28 e 29)

Dentre os fundamentos da atuação do Tutor Presencial para a instituição privada em estudo está o conhecimento do projeto pedagógico do curso, bem como do material didático e dos conteúdos específicos preparados.

O objetivo segundo esta IES, do Tutor presencial é, auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, colaborando no esclarecimento das dúvidas sobre as temáticas abordadas, bem como sobre o uso das tecnologias disponíveis.

O Tutor Presencial participa de momentos presenciais obrigatórios, tais como teleaulas (que incluem a transmissão ao vivo via satélite e as atividades de interação no polo de apoio presencial), acompanhamento das avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam. Está em permanente comunicação tanto com os estudantes quanto com a equipe multidisciplinar do curso e do polo.

Principais atividades desenvolvidas pelo tutor presencial para a instituição privada estudada:

- Auxiliar os estudantes no polo de apoio presencial.
- Participar de capacitação técnica e pedagógica, presencial e a distância, proporcionada pelo próprio Centro de Educação a Distância da instituição.
- Estudar previamente o material didático relacionado às respectivas teleaulas.
- Verificar previamente às aulas se os devidos equipamentos estão operantes, de forma a garantir a recepção da aula via satélite e a interação com qualidade.
- Recepcionar os estudantes nas teleaulas e em outras atividades presenciais previstas nos planos de ensino ou roteiros de atividades.
- Participar de todas as teleaulas do curso, auxiliando nas orientações aos estudantes para o desenvolvimento das atividades de estudo antes, durante e depois da transmissão via satélite.
- Auxiliar presencialmente na realização das teleaulas, palestras e demais atividades a distância entre o professor EaD, professores-tutores a distância e estudantes.
- Auxiliar na aplicação das avaliações presenciais, mediante orientação do professor EAD, cuidando para

que a conduta dos alunos durante a consecução das provas seja condizente com o Regimento da própria instituição.

Auxiliar no acompanhamento das frequências dos alunos em teleaulas.

Acessar periodicamente as comunicações por *e-mail* e outras formas de comunicação da instituição, atendendo às solicitações encaminhadas e tomando as providências cabíveis.

Auxiliar os alunos no desenvolvimento das atividades propostas pelos professores EAD, com vistas à participação nos momentos presenciais e de autoestudo. (Projeto Pedagógico, 2010, p. 30)

Na Universidade Aberta do Brasil, os professores dos cursos presenciais das instituições de ensino superior foram estimulados, por meio de bolsas atualmente pagas pela Capes a se engajarem em projetos de EaD.

O professor conteudista recebe apoio de profissionais da área do design instrucional, do audiovisual, bem como apoio pedagógico para o desenvolvimento do Material Impresso (Guias de Estudo) e gravação de videoaulas ou arquivos de áudio sobre determinados conteúdos, para disponibilizá-los aos alunos via DVD ou pela web. Os cursos possuem o suporte de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) com ferramentas que auxiliam na comunicação entre as partes, utilizando-se basicamente a plataforma Moodle.

No que se refere às atribuições específicas do Professor conteudista ou como o desenho pedagógico da UAB apresenta Professor Pesquisador, são:

Elaborar e entregar os conteúdos dos módulos desenvolvidos ao longo do curso no prazo determinado;

Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizados para o desenvolvimento do curso a linguagem da modalidade a distância.

Realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;

Adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias;

Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;

Desenvolver as atividades docentes da disciplina em oferta na modalidade a distância mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no projeto acadêmico do curso;

Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;

Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;

Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;

Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;

Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia e materiais didáticos para a modalidade à distância.

Realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;

Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;

Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;

Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade à distância;

Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento a CAPES/MEC quando solicitado. (Projeto Pedagógico, 2010, p. 31).

Na concepção do sistema UAB, a figura do tutor é primordial e atua como um mediador entre os professores, alunos e a instituição. Em outras palavras, ele cumpre o papel de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem ao esclarecer dúvidas de conteúdo, reforçar a aprendizagem, coletar informações sobre os estudantes e prestar auxílio para manter e ampliar a motivação dos estudantes. Há dois tipos de tutores: o tutor presencial, que fica no polo de apoio, e o tutor à distância, que atua junto ao professor, na instituição de ensino superior. O tutor presencial mantém contato com o aluno por ferramentas

disponíveis no AVEA, por telefone, softwares de comunicação instantânea e diretamente, ao realizar encontros presenciais obrigatórios com seu grupo ou atender solicitações individuais de alunos que se deslocam até o polo à procura de orientação para seus estudos. O tutor à distância é o orientador de conteúdo de uma disciplina específica e se comunica com a comunidade que compõe o curso pelos mesmos meios que o tutor de polo, com exceção da comunicação presencial.

A seleção dos tutores presenciais é feita por Edital público e compõe-se de análise de currículo e prova. Após a seleção, os tutores presenciais são chamados para exercer a função por tempo indeterminado, ou seja, até que as atividades do projeto se encerrem na cidade onde exercerá a função ou devido a alguma incompatibilidade com a proposta. As ações que se esperam de um tutor de polo são:

- Organizar grupos de estudo com os alunos que estão sob sua responsabilidade;
- Realizar as atividades de aprendizagem presenciais indicadas pelo professor da disciplina, como apresentações de trabalhos em equipe;
- Acompanhar e gerenciar, em conjunto com o coordenador do polo, as interações entre os alunos e o professor nas videoconferências;
- Esclarecer os alunos sobre regulamentos e procedimentos do curso;
- Representar os alunos junto aos responsáveis pelo curso;
- Manter o contato constante com o aluno, ampliando relações afetivas que potencializem o processo de ensino e aprendizagem; afinal, comunicamo-nos melhor com aqueles que nos são próximos;
- Aplicar as avaliações presenciais das disciplinas;
- Auxiliar o professor a dirimir dúvidas sobre o envolvimento do aluno no cotidiano acadêmico, afinal, já o conhece há mais tempo e pessoalmente;
- Participar do processo de avaliação institucional do curso e das formações que buscam potencializar seu trabalho<sup>10</sup>.

Os tutores a distância, que se encontram nas instituições de ensino superior, também são selecionados por Edital público. As atribuições do tutor a distância são:

<sup>10</sup> [http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=50%3Atutor&catid=11%3Aconteudo&Itemid=29](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50%3Atutor&catid=11%3Aconteudo&Itemid=29) acesso em 20/11/2012).

Orientar os alunos no planejamento de seus trabalhos;

Esclarecer dúvidas sobre o conteúdo das disciplinas;

Auxiliar na compreensão de regulamentos e procedimentos do curso;

Proporcionar feedback dos trabalhos e das avaliações realizadas. O tutor a distância do curso deve devolver as atividades corrigidas e comentadas em até dez dias úteis após o término do prazo final de entrega da tarefa;

Manter o contato virtual constante com os alunos, pelo uso das ferramentas disponibilizadas no AVEA. Os tutores a distância são orientados a responder rapidamente os questionamentos dos alunos, mesmo que a resposta seja para dizer ao aluno que a equipe docente se reunirá para conversar sobre a dúvida ou solicitação do aluno. Em alguns cursos, o prazo máximo para um tutor responder a uma mensagem eletrônica no AVEA é quarenta e oito horas, devido aos finais de semana;

Participar do processo de avaliação institucional do curso e das formações que buscam potencializar seu trabalho<sup>11</sup>.

No que se refere às atribuições do Tutor à distância temos:

Participar de cursos de capacitação em tutoria, reuniões acadêmicas ou de integração;

Assessorar os professores em todas as atividades que se fizerem necessárias ao bom andamento do curso;

Conhecer detalhadamente os materiais, procedimentos e recursos tecnológicos presentes da disciplina;

Auxiliar os professores na realização de trabalhos práticos, teóricos e experimentais e na seleção e organização de materiais de apoio que deem sustentação teórica qualificada para o desenvolvimento das disciplinas do curso;

---

11 ([http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=50%3Atutor&catid=11%3Aconteudo&Itemid=29](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50%3Atutor&catid=11%3Aconteudo&Itemid=29) acesso em 20/11/2012).

Realizar estudos teóricos sob orientação dos professores;

Manter diálogo constante com os tutores presenciais dos polos sobre a realização das atividades;

Incentivar o aluno para o uso das tecnologias valorizando o estudo e a experiência de cada um;

Estimular os alunos na realização das atividades;

Auxiliar os alunos no uso da plataforma Moodle;

Facilitar e acompanhar o acesso dos estudantes aos enfoques temáticos e às atividades temáticas;

Promover a sistematização e aprofundamento dos conteúdos veiculados através de comentários, esclarecimentos de dúvidas, explicitação de conceitos, respostas a questionamentos e solução de problemas;

Providenciar a abertura dos Fóruns, Chats e videoconferência, conforme planejamento prévio;

Disponibilizar e fornecer informações, acompanhar e orientar as atividades propostas das disciplinas e os trabalhos realizados, esclarecendo dúvidas e respondendo com presteza os e-mails recebidos dos alunos;

Participar de toda atividade on-line ou off-line sugeridas pelo professor e ou coordenação;

Analisar o desempenho dos alunos e propor procedimentos que melhorem o seu rendimento, quando necessário;

Estar atento ao nível de interatividade dos alunos para identificar quais alunos não está interagindo e tentar resgatar a relação interativa;

Manter registro atualizado sobre as ausências, realizações de atividades, dificuldades e solicitações dos alunos;

Emitir relatórios sobre a situação dos alunos e encaminhá-los periodicamente ao professor;

Participar dos encontros presenciais quando necessário<sup>12</sup>.

Em forma de síntese das descrições acima a respeito das atribuições do Tutor seja ele presencial ou à distância, o tutor professor apresenta-se abaixo na Tabela 6 as principais competências necessárias ao Tutor que são comuns à dos professores tanto pela UAB quan-

<sup>12</sup>([http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=50%3Atutor&catid=11%3Aconteudo&Itemid=29](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50%3Atutor&catid=11%3Aconteudo&Itemid=29) acesso em 20/11/2012).

to pelas IES privadas que de uma forma ou outra seguem o documento base do Ministério da Educação especificamente as Diretrizes Educacionais para EaD emanado como modelo orientador para a organização dos Cursos nesta modalidade de ensino. Vejamos, portanto,

**Tabela I**  
**Competências dos Tutores em comum com os Professores**

Competências	Habilidades necessárias à ação tutorial
Pedagógica	<p>Dar tratamento específico a cada conteúdo e propor melhorias (do curso em geral: material didático pedagógico, atividades, formas de avaliação...).</p> <p>Atender as dificuldades identificadas (material didático pedagógico).</p> <p>Orientar seu aluno quanto a auto-avaliação.</p> <p>Corrigir trabalhos.</p> <p>Identificar problemas relacionados ao aprendizado.</p> <p>Ser o mediador entre alunos, alunos; alunos professores; aluno, instituição (no processo ensino-aprendizagem; Interação; dificuldades...).</p>
Tecnológica	<p>Utilizar dos diferentes instrumentos de TICs (tecnologia de informação e comunicação).</p> <p>Viabilizar recursos (encaminhamento a equipe de suporte, se necessário).</p> <p>Promover a confiança nas TICs.</p> <p>Indicar meios de pesquisa, diferenciando a forma e a construção da aprendizagem.</p>
Didática	<p>Esclarecer, responder, questionar.</p> <p>Perceber a importância do trabalho em grupo e incentivar e reconhecer as contribuições do grupo.</p> <p>Facilitar e estimular a criatividade, a confiança e a solidariedade no grupo e estimular o interesse e as expectativas do grupo.</p> <p>Valorizar as experiências de cada um, procurar pontos positivos nas ações do grupo.</p> <p>Adequar sua fala para as observações a serem feitas ao Grupo.</p> <p>Estimular a autoestima e a motivação do grupo.</p> <p>Conferir a presença do aluno nas atividades obrigatórias no sistema de EaD e conferir a auto-avaliação.</p> <p>Participar de reuniões ou encontros programados e mediar os conflitos buscando resolução dos problemas e avaliar resultados planejados.</p>
Linguística	<p>Reforçar ações necessárias para melhoria do curso/disciplina.</p> <p>Ser claro quanto aos avisos, comunicações, atividades, prazos, respostas...</p> <p>Desenvolver e promover a comunicação entre os elementos do grupo.</p> <p>Utilizar linguagem escrita clara, dialógica, adequada e fornecer <i>feedback</i>.</p> <p>Evitar observações vagas como: bom, ruim.</p>
Trabalho colaborativo/Coletivo	<p>Cumprir os prazos, horários e participar das ações do grupo.</p> <p>Compartilhar as experiências para melhoria do processo e demonstrar respeito e ser cordial com todo o grupo envolvido.</p>

Fonte: Elaboração própria

Portanto, diante do exposto, compreendemos não haver diferença entre o Tutor presencial ou à distância bem como nas atividades desenvolvidas pelo professor.

Percebemos também haver pouca diferença nas atribuições dos Tutores das IES privadas e da Universidade Aberta do Brasil, com destaque neste aspecto que nesta parte do trabalho realizamos apenas uma pesquisa em documentos o que, por sua vez, pode diferir do que ocorre na prática.

Consideramos que o maior e evidente problema do Tutor se refere à remuneração, tendo em vista, o paradoxo desse profissional que não é considerado legalmente professor, mas exerce as atribuições de professor e como Tutor não há também previsão legal em termos de legislação trabalhista para esse profissional.

Nesta linha, a grande questão se coloca: como remunerar ou qual a remuneração devida a um professor ou tutor em cursos a distância?

Na nossa coleta de dados constatamos as mais diversas formas de remuneração. A primeira faz referência à Remuneração por aluno: essa é a forma mais comum entre as IES analisadas por nós que ocorre na situação em que o professor-tutor recebe um percentual sobre cada um dos alunos participantes do seu curso. Quanto mais alunos um curso tem, maior será a remuneração do tutor. É utilizada como forma de “incentivar o tutor” a garantir a permanência do aluno no curso. A segunda que aparece nos dados é a remuneração por horas trabalhadas sendo que os tutores presenciais recebem por carga horária fixa. Nesse caso, os tutores são mais generalistas e podem atuar em várias disciplinas ou cursos. A terceira forma se refere basicamente ao professor ou tutor conteudista, ou seja, aquele que produz material de conteúdo das aulas com outorga da autoria à Instituição contratante e ocorre tanto por número de páginas como por produto a exemplo da Universidade Aberta do Brasil que consiste na verdade na tradicional remuneração por tarefa realizada.

### **Da contratação e dos salários do Tutor nas IES Privadas**

A contratação dos Tutores/Professores para a EaD apresenta muita diferença entre as IES privadas e com a UAB. Conforme já explicitado no início deste capítulo optamos por analisar a exemplo uma

determinada instituição privada que oferece cursos na modalidade da educação a distância e a UAB.

No entanto, durante a pesquisa realizada em consulta a diversos documentos tais como Plano de Desenvolvimento Institucional<sup>13</sup> de diversas instituições privadas e ainda conforme disposição no site do INEP bem como, nos sites das respectivas IES, no que se refere ao Tutor seja ele presencial ou à distância, o processo seletivo se dá basicamente por Edital simplificado de chamada pública cuja contratação ocorre por meio da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT em regime de assalariamento. Basicamente os processos de contratação nas IES privadas ocorrem por meio da CLT e os salários não respeitam a Convenção Coletiva dos Professores tendo em vista que os Tutores atuam como professores, porém não recebem de acordo com o piso salarial destes.

No nosso trabalho foi possível constatar que a diferença mais acentuada se refere basicamente ao regime de contratação, a saber, horista (pago por hora-aula) ou por cargo de 8 h, 12 ou 20 h e 40 h semanais. Lamentavelmente não temos estimativa do número de Tutores que atuam nas instituições privadas ou mesmo em suas unidades de apoio tendo em vista a ausência de dados uma vez que essas informações se concentram na sede administrativa da IES.

Os quatro tutores entrevistados, afirmam que o Contrato estabelecido não é cumprido, uma vez que, atuam realmente como professores e aplicam avaliação, corrigem as avaliações, resolvem as dúvidas dos alunos em matéria de conteúdo presente no guia de estudos, sendo que, a figura do professor do conteúdo não é clara tendo em vista que os autores dos Guias são profissionais especificamente contratados para elaboração do material impresso e, por sua vez, não aparece. No entanto, as aulas gravadas em CD ou DVD e ainda disponível on-line são realizadas por outros professores e não os autores dos guias que ministram as aulas de apoio, porém não possuem nenhum contato com o Tutor e muito menos com os alunos.

Procedemos conforme já anunciada à análise do trabalho dos Tutores pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e coletamos os dados de Tutores que atuam em curso de Pedagogia e Administração a Distância de uma instituição pública federal de ensino superior com

---

<sup>13</sup>O PDI é documento obrigatório pelo Ministério da Educação etapa inicial de credenciamento de IES bem como de renovação de cursos e ou credenciamento da IES, deve conter todas as normatizações da IES seja pública ou privada com consequente plano de expansão para um período determinado de 5 anos.

polo presencial na cidade de Uberlândia/MG. A tabela a seguir elucida essa afirmação.

**Tabela 2**  
**IES Pública**

Instituição	Processo de Seleção	Carga Horária semanal	Salários
Universidade Aberta do Brasil (UAB)	Processo de Contratação de Tutores: Contrato por Prazo Determinado para o <u>Tutor Presencial e à Distância</u> – Edital Público com processo seletivo simplificado.	20 h semanais	R\$ 765,00 com contrato de no máximo 02 anos.
	Processo de Contratação de Professores: Contrato por meio de remuneração de 05 Bolsas – Capes por disciplinas – Edital Público com processo seletivo simplificado.	20 h semanais	R\$ 1.300,00 x 5 meses referente a uma disciplina.

Os Tutores da UAB (Universidade Aberta do Brasil), não possuem vínculos empregatícios, e, portanto, não tem 13<sup>o</sup>, férias, descanso semanal remunerado e ainda há falta de perspectivas profissionais da função e do valor das bolsas. Conforme a Tabela 2, os Tutores ganham R\$ 765,00 por 20 horas de trabalho semanal, e são profissionais na sua maioria pós-graduados Lato Sensu e alguns mantêm esse trabalho como forma de preparo para o Mestrado ou como é o caso dos entrevistados por nós, um emprego temporário enquanto concluem suas disciplinas no Mestrado. De acordo com a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), há cerca de 13 (treze) mil tutores em atuação pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Outro dado importante é que na entrevista surgiu o indicativo claro da alta rotatividade desses profissionais que não raro abandonam a Tutoria por sentirem-se desprestigiados tanto financeiramente como pela quantidade significativa de trabalho que tomam mais que 20 horas de trabalhos semanais.

Os quatro entrevistados afirmaram claramente que se tiverem que cumprir todas as obrigações teriam que se dedicar pelo menos 8 horas diárias em 6 dias por semana para o atendimento aos alunos e aos coordenadores fora o tempo dedicado ao treinamento em cada uma das disciplinas semestralmente. Esta alta rotatividade, ou seja, o

*turnover* é muito grande, o que dificulta o treinamento e recrutamento de profissionais.

Outra questão que surgiu durante as entrevistas foi que o Tutor melhor qualificado fica no processo para “pegar experiência” e assumir salas de aula como professor ou ainda na expectativa de que surja melhor oportunidade de trabalho.

## **Dos direitos Trabalhistas**

Convém neste tópico antes de discutir a questão dos direitos trabalhistas apresentarmos a análise da carreira docente especificamente para o ensino superior tanto na previsão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 quanto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

## **Do Ingresso na Carreira Docente**

No Brasil a carreira docente é regida basicamente pela LDB 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional indica no Artigo 67 que, os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação:

- I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação de desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho. (LDB 9394/96 20 de dezembro de 1996)

Já para o sistema educacional privado o processo de ingresso fica a critério de cada Instituição, porém, devendo atender ao disposto no Art. 62 a 64 da LDB 9394/96 que dispõe da obrigatoriedade de todos os docentes, como pré-requisito, possuírem no mínimo o curso de Graduação na modalidade de Licenciatura.

A LDB 9394/96 também dispõe para todos os professores de suas atribuições conforme o Artigo 13,

Art. 13 – Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento do ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menos rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade. (LDB 9394/96 20 de dezembro de 1996).

No que se refere à modalidade EaD a perspectiva de carreira no Brasil ainda precisa ser devidamente discutida e implementada, conforme já afirmamos anteriormente essa modalidade de ensino, possibilita novas formas de organização do trabalho.

Na LDB 9394/96 no artigo 80 é posto que “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” E de fato o poder público tem incentivado de forma prioritária a expansão da EaD de forma a atingir e atender a realidade geográfica do país, considerando as diversas regiões que carecem principalmente de ensino superior.

### **Da Remuneração do Professor**

Por outro lado, faz-se mister a discussão sobre as condições de trabalho do professor e do tutor nesta modalidade conforme apresenta:

[...] as novas tecnologias têm sido utilizadas pelas instituições de ensino privadas como forma de dispersar mão de obra e aumentar o trabalho daqueles que permanecem empregados. Na educação a distância, isso é notório. Professores com mil, dois mil alunos, sendo que presencialmente ele daria aula

para, no máximo, duas ou três turmas de 50 a 60 alunos. Em decorrência da falta de regulamentação, as escolas caracterizam o ensino a distância como algo que não tem vínculo trabalhista direto e, portanto, usam formas de contratação bastante precárias. Isso precisa ser revisto e regulamentado. (SINPRO, 4º. Encontro de Professores da Educação Superior da Rede Privada, 6 e 7 de julho 2007)

Em outras palavras há evidências claras da exploração da mão de obra docente no sistema EaD tendo em vista inclusive as atividades mediadas pelas tecnologias digitais, apresentando sinais claros da exploração do trabalho e do trabalhador pelo capital no âmbito educacional.

A explicitação da exploração do trabalhador docente, seja tutor ou professor e a maximização do lucro da empresa contratante se revela na forma de pagamento desses profissionais, ou seja, imagine-se, que em uma classe regular com 20 horas-aula semanais pagas aos professores horistas que recebem como Mestre cujo valor da hora-aula no Estado de Minas Gerais conforme Convenção Coletiva dos Trabalhadores da Educação – CCT é de R\$ 24,45 por hora-aula em 2012 multiplicadas por 20 aulas e seu resultado multiplicado novamente por 5,25 semanas (incluído aí o descanso semanal remunerado e o pagamento pela atividade extraclasse determinado em Convenção Coletiva) para se chegar a um valor bruto total de salário pago será de R\$ 2.567,25. Nessa análise não acrescentamos o custo indireto desse trabalhador qual seja, 8% sobre o salário bruto de FGTS, a parte do INSS do empregador que é de 8% a 11% conforme alíquota salarial.

No sistema de Educação a Distância o valor maior apurado por nós foi o valor é de R\$ 14,47 considerando que esse profissional atende até quatro turmas de 25 alunos e ainda que o valor de R\$ 14,47 é valor “seco”, ou seja, pago o valor referente a 60 minutos de aula e refere-se exclusivamente a quatro semanas de trabalho com carga horária semanal de 4 horas por turma cujo contrato é via CTPS – Carteira de Trabalho, porém não como professor e sim como Tutor, ou seja, esse profissional está excluído do sistema de proteção especial prevista no Art. 318 a 321 da CLT em que além da previsão da demissão somente em períodos determinados nas Convenções Coletivas prevê o descanso semanal remunerado, o pagamento das janelas, o pagamento de salários no período de férias conforme carga horária

imediatamente anterior às férias, dentre outras previsões nas Convenções Coletivas dos Trabalhadores.

Portanto, a exploração do trabalho docente no sistema da EaD se apresenta no sentido em que se para obter maior lucro se gasta um determinado valor (já contabilizado aí o salário pago ao trabalhador) e, na hora da venda, tal valor é superior; essa diferença que, na verdade foi extorquida do trabalhador, uma vez que foi ele o responsável direto pela produção. Nesta linha, temos 100 alunos pagando uma mensalidade escolar que deveria suprir o pagamento do labor de pelo menos 10 professores para duas turmas e, na verdade, na EaD é apenas 01 professor: o Tutor.

A Seção XII, da CLT, é reservada aos direitos dos professores entendido como profissionais especiais, e, portanto, na CLT há previsão específica para essa classe de trabalhadores.

Vale salientar que se considera professor na legislação do trabalho aquele que, profissionalmente, exerce o magistério.

No entanto, a LDB no Art. 62 impõe limitação a partir da habilitação, em contrapartida na esfera do Direito do Trabalho, o conceito é mais amplo de modo que incluem todos os trabalhadores que ministrem aulas, assim entendidas as atividades que visem acréscimo de conhecimento aos discentes, sejam no sistema regular de educação seja em cursos livres, profissionalizantes ou não.

No caso do professor, a disciplina básica se encontra nos artigos 317 a 324 da CLT, que dispõe sobre as condições de acesso, a duração do trabalho e a forma de remuneração, assegurando-lhes, ainda, alguns direitos específicos. Note-se que a regulação cinge-se aos professores de instituições particulares de ensino, já que os professores ligados ao ensino público estão sujeitos às regras próprias de cada Administração.

A habilitação profissional e o registro no Ministério da Educação, conquanto sejam requisitos legais para o acesso ao cargo nas entidades de ensino convencional, devem ser exigidas quando da contratação, não se admitindo que o empregador utilize em seu proveito, em uma eventual ação trabalhista, sua omissão para se furtar à responsabilidade pelo cumprimento das disposições relativas aos professores.

Quanto à jornada de trabalho conforme art. 318 da CLT, o professor não poderá ter, por dia, mais de quatro aulas consecutivas ou seis intercaladas. A hora-aula, salvo disposições convencionais em

contrário, é de 50 minutos para o período diurno e de 45 minutos para o noturno.

No período de exames se podem exigir dos professores a prestação por até oito horas diárias, devendo ser pago o excedente com o valor correspondente da hora-aula. Como se trata de jornada extraordinária entende-se, hoje, que deve haver a incidência do adicional de 50%.

Além do labor efetivo em sala de aula, deve ter remuneração destacada o tempo despendido em reuniões e nos intervalos entre duas aulas não consecutivas (as “janelas”).

A lei (art. 320 da CLT) determina que se considere o mês com quatro semanas e meia, entendendo-se que esta diferenciação visa remunerar, além das horas-aulas, a atuação extraclasse, referente ao lapso necessário a seu preparo, preenchimento de diário de classe e correção de provas e trabalhos.

É vedada, aos domingos, a atividade letiva e em exames.

No aspecto tocante da remuneração dos professores é constituída do pagamento pelo número de aulas semanais, multiplicado por 4,5, acrescendo-se 1/6 a título de repouso remunerado (Enunciado 351 do TST).

O art. 323 da CLT contém recomendação que, hoje, se tornou letra morta, vedando o funcionamento de estabelecimento de ensino que não remunere dignamente o professor.

Em virtude da peculiar condição do professor e da instituição de ensino, sujeita à flutuação anual no número de classes de alunos, é defensável, em certos limites, a redução do salário total, desde que mantido o valor da hora-aula, quando a diminuição não decorre de discriminação ou contratação de novos profissionais, e sim de decréscimo no negócio. Há forte corrente contrária a este raciocínio.

Quanto à possibilidade de equiparação salarial, valem as mesmas ressalvas reservadas a todos os trabalhadores em atividades eminentemente intelectuais: não há vedação, malgrado na prática seja difícil caracterizar a identidade exigida na lei.

No tocante às férias, esta se distingue das férias escolares das férias comuns aos demais trabalhadores. Permite-se, logicamente, que a concessão dessas últimas se dê no curso das férias escolares, o que é, em princípio, benéfico tanto para os professores quanto para os empregadores.

Durante as férias escolares é assegurado aos professores auferir o mesmo salário a que têm direito no período letivo, não sendo

permitido exigir-lhe nenhuma atividade que não relacionada à realização de exames.

Outras peculiaridades da profissão de professor é quanto a sua dispensa/demissão que se ocorrer ao final do ano letivo ou durante as férias escolares lhe garante (art. 322, § 3º) a percepção de toda a remuneração do período. Não é razoável aceitar, sequer, a comunicação de despedida (aviso prévio) antes do final das férias escolares, cabendo, no caso, interpretação analógica com as férias legais. Também aqui o assunto é controvertido, pois parte substancial da jurisprudência afirma que, mesmo com os limites já apontados, o professor, durante as férias escolares, estaria à disposição do empregador.

A justificativa das ausências por casamento ou luto (falecimento de pai, mãe, filho ou cônjuge) alcança nove dias, o que excede em muito as regras vigentes para os demais trabalhadores, constantes do art. 473 da CLT (três dias em virtude de casamento e dois dias por força de falecimento de pessoa próxima).

Além dos direitos previstos na CLT outros estão dispostos nas Normas Coletivas tais como:

- Pagamento de horas de coordenação pedagógica (mínimo de uma por semana);
- Piso salarial (por hora-aula);
- Pagamento das “janelas”;
- Isonomia salarial entre os professores novos e os já empregados;
- Adicional hora-atividade;
- Duração da hora-aula, especialmente noturna, inferior ao padrão;
- Vedação de mudança de disciplina sem aquiescência do professor;
- Consulta ao professor no caso de redução salarial provocada por decréscimo no número de alunos;
- Bolsa de estudos para os dependentes;
- Licença não remunerada.

Como se vê há no ordenamento jurídico brasileiro trabalhista uma preocupação em assegurar o professor de condições mínimas de trabalho e de remuneração. Tal situação não é revertida a favor do professor-tutor, pois esse profissional, não possui as mesmas garantias que os professores na forma da lei.

Ainda assim é possível afirmar que o tutor celetista das IES privadas encontra-se em situação menos precária que os tutores das IES públicas com parcerias pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), pois os que atuam pela UAB são bolsistas, possuem contratos por tempo determinado e por sua vez não possuem nenhum dos direitos trabalhistas tais como: carteira assinada, férias remuneradas e 13º salário sendo que o tempo não é contado para efeito de previdência social e consequente aposentadoria.

Segundo os entrevistados, tutores da instituição pública federal de ensino superior afirmaram que, já tiveram atraso de até 60 dias para receber as bolsas e é comum os atrasos de até 15 dias.

Dos 04 tutores entrevistados da instituição pública federal de ensino superior/UAB já têm mais de três anos de atuação e lamentam que não haja garantia de continuidade bem como de efetivação no cargo bem como falta ainda nos editais, seja para processo seletivo de vagas para docência ou para acesso aos programas de pós-graduação, de incluir pontuação pela experiência no exercício da tutoria em EaD.

Por outro lado, o problema reside a nosso ver na expressão “tutor” como um substitutivo de professor, uma vez que na prática o Tutor é professor inclusive na consideração legal conforme está previsto na Portaria 4.059 de 2009 do Ministério da Educação em que regula a oferta, na modalidade semipresencial, de disciplinas integrantes do currículo de cursos superiores de graduação, conforme se depreende do Parágrafo Único do seu Artigo 3º, “[...] a tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade semi-presencial implica na existência de docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância.” (Grifos meus)<sup>14</sup>

Vale lembrar que é mais “barato” pagar ao tutor conforme demonstramos acima que ao professor, uma vez que essa situação favorece a oferta dos cursos de EaD em “preços” mais acessíveis de menor custo, barata, quando na verdade sabemos que essa modalidade tende a ser mais cara, ao exigir mais horas de pessoal, em atendimentos quase individualizados aos alunos.

Como se vê o que de fato ocorre é a desqualificação do trabalho do professor por meio de mecanismos alternativos que existem para burlar a legislação trabalhista e aumentar o lucro das empresas educacionais e com isso constata-se que o docente imerge um pro-

---

14 <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf> Acesso em 10 de setembro de 2012

cesso de trabalho intenso com vistas, por meio da tecnologia, ao aumento da produtividade e eficiência.

O Decreto 5.622, de 19.12.2005, (que revogou o Decreto 2.494 de 10.02.98 e o Decreto 2.561, de 27.04.98), regulamenta o Art. 80 da LDB, e caracteriza a EaD como: a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Nesta linha poderíamos por hipótese caracterizar a profissão de tutor como de Instrutor e Professor de Curso Livre de acordo com o código 3331 do Código Brasileiro de Ocupações<sup>15</sup>.

De acordo com o Código Brasileiro de Ocupações (2008), o Professor de Curso Livre ou Instrutor afirma que o exercício dessa ocupação é livre. Requer-se escolaridade e qualificação profissional variada, dependendo da área de atuação. Os cursos livres não estão sujeitos à regulamentação pelo MEC. E sobre as condições gerais de exercício desta profissão, encontra-se na CBO a menção de que é exercida em instituições de ensino, basicamente em escolas que oferecem cursos livres, e os profissionais geralmente atuam como trabalhadores autônomos.

Contrariando esta hipótese aventada, o tutor acadêmico atua em instituições regulamentadas pelo MEC e, portanto não se enquadra neste código profissional, seu trabalho é subordinado a condições preestabelecidas pelas Diretrizes Educacionais de Educação a Distância e por sua vez pela própria IES a qual se vincula. Contudo, não encontramos no Código Brasileiro de Ocupações nenhuma referência à profissão de tutor ou orientador acadêmico e de professor de EaD.

As normas tradicionais tanto do âmbito da CLT quanto das normas coletivas tais como as Convenções Coletivas dos Trabalhadores da Educação foram e são concebidas a partir do pressuposto do ensino presencial regular com enquadramento em horas-aula em sala de aula e na organização espacial e temporal previamente definidas pelo legislador e pelo empregador.

Nesse sentido é que encontramos grande dificuldade em analisar sob a ótica da regulação o trabalho do tutor.

Em detrimento desta constatação e na verificação lacunar da lei sobre o trabalho do tutor é que entendemos ser adequado o enquadramento do tutor nos moldes do enquadramento legal do pro-

---

15A esse respeito conferir <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/regulamentacao.jsf>

fessor conforme já demonstramos a similitude da atuação desses profissionais. Portanto, cabe então a aplicação das normativas gerais da caracterização da relação de emprego em geral e do trabalho, inclusive da extensão do trabalho ao domicílio.

É, portanto, na falta de legislação específica que permite que esse trabalhador seja explorado e viabiliza assim a precarização do trabalho docente. Conforme anuncia Inajara Neves (2009), a nova tecnologia tem sido utilizada pelas instituições de ensino privadas como forma de dispersar mão de obra e aumentar o trabalho daqueles que permanecem empregados.

No levantamento realizado por nós nesta pesquisa, todos os Tutores sejam das IES privadas ou os pertencentes aos quadros da UAB no polo da instituição pública federal de ensino superior da cidade de Uberlândia possuem mais de uma turma que varia, cada turma de 30 a 50 alunos e os professores ministram aulas à distância transmitidas para mil a dois mil alunos simultaneamente quando ao vivo.

Nesta linha está evidente para além do discurso a predominância o lucro como estimulante do estabelecimento desta espécie de processo educacional. Esse contexto tem levado as IES privadas e a própria UAB ao não reconhecimento do vínculo de emprego dos professores e tutores em EaD.

Segundo Silva (2010), o não reconhecimento do vínculo de emprego tanto pelas IES privadas quanto por diversas IES públicas que adotaram o modelo de organização da UAB, tem as suas razões predominantemente de caráter econômico, pois,

[...] de olho nessa considerável fatia do mercado, grandes grupos investem pesado na educação privada. Segundo dados do jornal Valor Econômico, dez instituições privadas de ensino superior encontravam-se, em 2005, entre as mil maiores empresas do Brasil. Segundo artigo da diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), Clotilde Lemos, publicado na edição nº 56 da revista Debate Sindical, até o Banco Mundial (Bird) investiu numa universidade privada brasileira. O Grupo Anhanguera Educacional (Valinhos-SP) recebeu 12 milhões de dólares da Internacional Finance Corporation (braço financeiro do Bird) e, em março deste ano, lançou suas ações na

Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Ainda de acordo com o artigo, a Laureate Educacion Inc (segundo maior grupo educacional dos EUA) negocia a compra de mais cinco instituições no Brasil; o Whitney Internacional University System (Dallas - EUA) investiu 23 milhões na compra das Faculdades Jorge Amado, de Salvador; o Apollo Group, que atua com educação a distância na University of Phoenix, sonda o mercado brasileiro e estaria em negociação com a Estácio de Sá; tudo isso além de outras instituições que se enveredam por esse caminho da internacionalização e que as negociações ainda não foram divulgadas.” (SILVA, 2010 p. 78).

Silva (2010) considera que “toda essa mercantilização, internacionalização, globalização e precarização das condições de trabalho docente na educação superior e principalmente na educação a distância é preocupante”, (SILVA, 2010, p. 79), segundo esse autor é nesse contexto que se apresenta a flexibilização da legislação trabalhista.



## CAPÍTULO III

### DA FLEXIBILIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DO TUTOR

**A** EaD se anuncia de forma ampla e ainda quase consensual entre os diversos teóricos do campo sendo que uma das suas maiores vantagens sobre o ensino tradicional é a flexibilidade de espaço e tempo para que o aluno possa adequar seu tempo às atividades pedagógicas. De fato esse parece ser o grande atrativo, ou seja, uma forma de reorganização de tempo e de espaço com vistas ao acesso ao ensino superior nesse caso.

Contrapondo a vantagem apresentada para o aluno temos a figura do professor ou do tutor nesse contexto que como trabalhador tem que se adequar a essa nova forma de trabalho e de organização do trabalho quanto ao tempo de envolvimento destinado à execução das atividades e ao espaço de execução dessas atividades.

Quanto ao tempo, todos os tutores que entrevistamos, quais sejam, 04 da UAB e 04 de uma instituição privada de educação a distância, obtivemos a resposta de que nunca era suficiente o tempo dedicado. Mesmo que estabelecido carga horária específica para as tarefas no caso da UAB de 20 horas semanais e para esta instituição privada, por carga horária de hora-aula a ser cumprida na instituição, diversas tarefas são realizadas fora do lócus do cumprimento da obrigação do labor.

Além das tarefas pertinentes aos alunos, outras tarefas como participação em treinamentos, fóruns, chats, wiki, responder às dúvidas e e-mails de gestores e alunos são atividades geralmente realizadas fora do tempo destinado às atividades fixas e regulares.

Nesta linha, ocorre também que, esse “extra” de atividades, são realizadas fora do espaço de trabalho oficial e são concluídas na verdade em casa ou em local diverso do polo. Para Marx (2003) o tempo de trabalho subdivide em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Para ele, o tempo de trabalho necessário refere-se à fração de tempo de trabalho que corresponde ao necessário à manutenção do próprio trabalhador. Já o tempo de trabalho excedente ocorre quando o trabalhador não detém mais os meios de produção e por sua vez é obrigado a destinar maior tempo de trabalho para aquele que detém os meios de produção. Para ele,

O trabalho necessário do camponês valáquio para sua própria manutenção está fisicamente separado de seu trabalho excedente para o boiardo. Executa o primeiro em seu próprio terreno e o segundo na terra senhorial [...]. Na corvéia, o trabalho excedente está claramente separado do trabalho necessário. (MARX, 2003, p. 275)

Marx (2003) demonstra assim que, o trabalho na antiguidade no que se refere ao tempo não ocorre no capitalismo, pois na época o trabalho necessário estava claramente separado do trabalho excedente, uma vez que o primeiro era na terra do trabalhador e o segundo no espaço destinado por aquele que detinha os meios de produção. Assim essa separação não é clara atualmente, conforme afirma, “*O trabalho excedente e o trabalho necessário se confundem*” (MARX, 2003, p. 275), pois se percebe que tanto o trabalho necessário quanto o excedente estão intimamente relacionados não só após a jornada de trabalho mas também durante a jornada de trabalho por meio da intensificação das atividades desenvolvidas.

Vale salientar que é no tempo de trabalho excedente que ocorre a valorização do capital, por isso existe o interesse do capitalista no seu aumento seja durante a jornada de trabalho ou na extensão da jornada de trabalho.

Mill (2006) revela a presença de um forte caráter de flexibilidade espaço-temporal das atividades pedagógicas da educação a distância. Para ele, os espaços e tempos de trabalho da educação (presencial) passam por um completo redimensionamento com o advento do trabalho docente na educação a distância tendo em vista o avanço inexorável das tecnologias de informação e comunicação em todos os ramos de atividades que processam dados e informações em frações de segundos e que por sua vez estão presentes no processo de ensino e de aprendizagem principalmente nos processos educacionais da Educação a Distância e que interferem na experiência com o espaço-tempo de determinado grupo social e passam a condicionar o sentido do tempo e espaço.

Conforme já anunciamos, a jornada de trabalho do tutor ou do professor se estende para além da jornada oficial e durante a jornada de trabalho a quantidade de tarefas a serem executadas é intensa nos moldes fabris.

No âmbito do Direito do Trabalho na linha da regulação da atividade profissional é docente aquele professor contratado por tempo

determinado ou horista pela instituição exclusivamente para ministrar horas-aula independentemente da carga horária requerida ou que não se enquadre outros regimes de trabalho (tempo integral e tempo parcial), ou seja, esse professor é contratado exclusivamente para ministrar aula e recebe de acordo com a carga horária.

Segundo o artigo 320 da CLT que classifica como aulista ou por hora-aula o salário dos professores em estabelecimentos particulares de ensino, estabelece o seguinte, *Art. 320. A remuneração dos professores será fixada pelo número de horas-aulas semanais, na conformidade dos horários*. Dois requisitos, portanto, estão alinhados no disposto do artigo 320, consolidado. O primeiro é de que a remuneração representará o número de aulas semanais. O segundo é que esta fixação atenderá a conformidade dos horários determinados pelos Estabelecimentos de Ensino e por sua vez todos os reflexos sobre 13°. Salário, FGTS, Descanso Semanal Remunerado etc. deverão a partir da efetivação real do registro ser acrescidos.

Como se vê na legislação trabalhista há a preocupação em estabelecer de forma clara a jornada de trabalho do professor, porém esse controle de jornada não ocorre especificamente na EaD pois nessa modalidade se concentram na sobrecarga de trabalho, seja na perspectiva de excesso de atividades, quantidade de tempo pago para realizar tais atividades, elevado número de alunos ou tamanho das turmas, baixo valor hora-aula ou outros desdobramentos da sobrecarga de trabalho.

Em contrapartida às condições precárias de trabalho revela-se as novas formas de organizar o trabalho do profissional da EaD, ou seja, sistemas de remuneração diverso do professor do ensino presencial, novos sistemas de controle do trabalho, responsabilização unilateral dos assalariados e mesmo supressão de postos assalariados em favor de trabalhadores independentes.

[...] a flexibilidade do espaço e do tempo de trabalho seduz muito por suas promessas (nem sempre verdadeiras) de liberdade, autonomia, maior qualidade de vida etc. Há que se tomar o cuidado com esse aspecto, pois, como veremos adiante, trata-se de um paradoxo: a flexibilidade espaço-temporal foi o aspecto mais mencionado como ponto positivo do trabalho na educação a distância, mas é, também, o aspecto que mais estimula a precarização do traba-

lho ou, ao menos, está na base dos processos de precarização do teletrabalho.” (MILL, 2006, p. 70)

Além das questões salariais postas e do trabalho excedente e intenso, outras questões foram identificadas na pesquisa realizada. Conforme já afirmado anteriormente alguns tutores já exercem outras atividades profissionais tais como: professores da Educação Básica, administradores ou são alunos de cursos de pós-graduação, a saber: UAB – 03 tutores são professores da Rede Municipal de Uberlândia e atuam como docentes nas séries iniciais do ensino fundamental e 01 tutor é professor de ensino superior privado em Uberlândia. E na instituição privada – 02 tutores possuem cargos administrativos no próprio polo além da tutoria e 02 tutores são professores de ensino superior da própria instituição.

Esses dados revelam que a atividade de tutoria acaba por ser considerado um complemento de renda na própria afirmativa dos tutores. Tais dados indicam uma carga horária alta e com dupla jornada de trabalho e no exercício da atividade de tutoria ainda devem assumir um elevado número de alunos por docente, variando de 15 a 200 alunos para uma carga horária média de 10 a 20 horas de trabalho semanal.

Os oito tutores entrevistados revelaram que gostariam de exercer exclusivamente a atividade de tutoria porém não o fazem pois os salários são muito baixos o que não tem condições de manter sua própria subsistência ou de seus familiares, além do que, no caso da UAB, ocorre com frequência atrasos nos pagamentos das bolsas sem prévio aviso ou planejamento.

Outra questão que emergiu das entrevistas baseado em três tutores da UAB e dois da instituição privada de ensino é a percepção de que houve aumento com gasto com equipamento de informática (tiveram no decurso do trabalho que adquirir máquina mais velozes e mais completas bem como softwares de atualização) e com serviços (energia elétrica, conexão à Internet, dentre outras), além de mobiliário adequado no ambiente doméstico.

Esse dado é relevante tendo em vista a continuidade da atividade laboral para além do espaço e do tempo destinado especificamente para o desenvolvimento da atividade no lócus do trabalho.

Na verdade a residência do trabalhador passa a ser a extensão da fábrica e com isso a instituição economiza e cria uma falsa ideia do

trabalhador independente, autônomo, cuja atividade não possui controle por parte do empregador.

No entanto, a prestação do labor por parte do trabalhador continua pessoal e intransferível uma vez que para acessar a plataforma ele é controlado por senhas e os sistemas possuem controle de horário de acesso, quantidade de acesso e ainda controle total sobre todas as atividades desenvolvidas tanto na própria instituição como fora dela.

A ideia de “construir” que o tutor é um profissional “quase” autônomo nos moldes de profissional liberal, ou seja, “você faz seu horário de trabalho” busca demonstrar uma relação jurídica trabalhista de trabalhador eventual e aquele que presta serviço eventualmente em tempo próprio, sem controle de jornada de trabalho, sem subordinação e, portanto, sem vínculo empregatício, acaba suscitando controvérsia o fato de que esses profissionais são considerados no atual contexto como trabalhadores emancipados.

Questiona-se assim, sobre o tipo de emancipação que esse trabalhador possui, tendo em vista sua vinculação com a atividade e de estar permanentemente invadindo o seu espaço doméstico, de descanso e geralmente sem a remuneração devida pela atividade desenvolvida para além do horário regular pactuado entre contratado e contratante.

### **Especificidades do professor à distância**

Nos documentos examinados por nós que trata da regulação da educação a distância no Brasil, somente nos Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância, é que há dispositivo quanto ao trabalho docente em EaD no qual são apresentadas diretrizes às instituições, dentre elas, algumas concernentes às condições de trabalho, a saber<sup>16</sup>:

Considerar, na carga horária de trabalho dos professores, o tempo necessário para atividades de planejamento e acompanhamento das atividades específicas de um programa de educação a distância;  
Estabelecer uma proporção professor-aluno que garanta boas possibilidades de comunicação e acompanhamento;  
Quantificar o número de professores/hora disponíveis para os atendimentos requeridos pelos alunos.

<sup>16</sup> <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciais.pdf> Acesso dia 31/05/2016 às 14 horas

Tais determinações segundo o Referencial de Qualidade para Cursos a distância devem estar contidas no projeto pedagógico do curso e que por sua vez deve conter os elementos de contratação dos profissionais bem como a forma de remuneração.

A esse respeito, a jurisprudência trabalhista tem reconhecido o vínculo de emprego do tutor como professor independente deste ou daquele prestarem serviço no local da sede da instituição uma vez que não descaracteriza o vínculo jurídico de emprego entre o professor e a instituição de ensino, por não ser imprescindível que o profissional compareça ao estabelecimento de ensino todos os dias, portanto só comparecendo às atividades presenciais com a frequência que lhe for determinada pelo empregador, o que não descaracteriza a “não eventualidade” do vínculo jurídico contratual que preside o relacionamento jurídico entre o Tutor/Professor de Cursos à Distância e na Instituição de Ensino.

Portanto, seja o trabalho laborado nas instalações das IES ou fora dela tem que ter a consideração remuneratória conveniente e justa, visto que, a atividade desenvolvida pelo tutor tem a função de professor tendo em vista que ele é provocado pelo esclarecimento das dúvidas levantadas pelos alunos, orientada e que avalia e ainda busca a promoção do estudo e aprendizagem autônoma do aluno.

Segundo Machado (2004),

A tutoria é o método mais utilizado para efetivar a interação pedagógica, e é de grande importância na avaliação do sistema de ensino a distância. Os tutores comunicam-se com seus alunos por meio de encontros programados durante o planejamento do curso. O contato com o aluno começa pelo conhecimento da estrutura do curso, e é preciso que seja realizado com frequência, de forma rápida e eficaz. A eficiência de suas orientações pode resolver o problema de evasão no decorrer do processo. Existem significativas diferenças entre o professor-autor e o professor-tutor, embora ambos sejam profissionais virtuais. O professor-autor desenvolve o teor do curso, escreve e produz o conteúdo e atua na organização dos textos e na estruturação do material. É preciso que ele conheça as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de desenvolvimento para entender a poten-

cialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho de texto e do conteúdo do curso, de forma a contemplar todas essas potencialidades (Maia, 2002). Após a conclusão do conteúdo pelo professor-autor, entra em ação o professor-tutor cujo papel é o de promover a interação e o relacionamento dos participantes. A tutoria é necessária para orientar, dirigir e supervisionar o ensino-aprendizagem. Ao estabelecer o contato com o aluno, o tutor complementa sua tarefa docente transmitida através do material didático, dos grupos de discussão, listas, correio-eletrônico, *chats* e de outros mecanismos de comunicação. Assim, torna-se possível traçar um perfil completo do aluno: por via do trabalho que ele desenvolve, do seu interesse pelo curso e da aplicação do conhecimento pós-curso. O apoio tutorial realiza, portanto, a intercomunicação dos elementos (professor-tutor-aluno) que intervêm no sistema e os reúne em uma função tríplice: orientação, docência e avaliação.” (MACHADO, 2004, p.10).

Como se vê o trabalho docente, na educação a distância, está devidamente articulado com o estudante e o tutor torna-se fundamental nesta articulação.

Neves (2009) enfatiza as condições de trabalho na educação a distância dizendo que:

[...] o professor na atividade pedagógica virtual significa muitas vezes preparar o material didático para que o tutor execute as aulas. A ideia inicial parece indicar que ser tutor é menor que ser professor, entretanto é importante salientar que tanto o tutor como o professor exercem atividades docentes. Dito de outra forma, a tutoria parece ser uma função menos séria e importante em relação ao trabalho do professor, pois ela “não toma muito tempo”, é pior remunerada e ainda há menor cobrança por não exigir a presença do aluno. Entretanto, o discurso da flexibilidade, da autonomia e do trabalho fácil é, muitas vezes, enganoso e evidencia-se como sobrecarga de trabalho, com número elevado de alunos e demandas por conhecimentos/competências que ele ainda não domina. Há ainda a questão (da

possibilidade) de controle excessivo do processo de produção e execução do trabalho. Tal realidade aponta a necessidade de reflexão sobre as condições de trabalho desses profissionais docentes na sociedade contemporânea. Nos últimos anos, o emprego das novas tecnologias e de novas formas organizacionais promove mudanças nas condições de trabalho com implicações para o ritmo, a responsabilidade, a quantidade de tarefas, a reorganização dos tempos, a exigência de maior atenção às operações mentais e físicas, o esforço físico, a segurança a limpeza, o barulho e o relacionamento interpessoal. As condições sociais de trabalho referem-se aos direitos e deveres expressos na legislação trabalhista que vêm passando por diversas modificações nos últimos anos em função do aumento da precarização das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira assinada e do trabalho independente.” (NEVES, 2009, p. 08)

Dessa forma, não temos ainda no ordenamentos jurídico pátrio de forma clara, explícita regulamentos para a atividade do docente virtual.

## Considerações Finais

**C**onstatamos que um dos problemas enfrentados com relação à educação a distância diz respeito à forma de remuneração tanto dos tutores quanto dos professores. Como remunerar um professor ou tutor em cursos a distância? A matéria é polêmica e já suscita complicações trabalhistas, com professores acionando instituições na justiça por trabalhar em horários e circunstâncias pouco convencionais.

Identificamos a existência de várias formas de remuneração para professores e tutores:

**Por aluno:** é o tipo de remuneração mais comum, em que o professor-tutor recebe um percentual sobre cada um dos alunos participantes do seu curso. Quanto mais alunos um curso tem, maior será a remuneração do tutor. Segundo a maioria das instituições de ensino, o tipo de remuneração por aluno é uma forma de estimular o tutor a motivar os alunos a permanecer no curso.

**Por horas trabalhadas:** Os chamados tutores fixos recebem dessa maneira, funcionando de maneira semelhante a um professor com carga horária fixa. Nesse caso, os tutores são mais generalistas e podem atuar em várias disciplinas ou cursos. Quando um tutor com conhecimentos mais especializados é necessário, o mesmo é contratado pelo regime de alunos.

**Por quantidade de material:** Por último, o modelo para produção de material que leva em consideração a quantidade de tópicos ou texto, que o chamado tutor de conteúdo vai produzir. Dentre todos os modelos de remuneração, esse é o que apresenta maior número de variações: pode ser por páginas, horas de produção, direito de imagem em vídeo e muitos outros. Trata-se da forma contemporânea de se delinear a vetusta forma de remuneração por tarefa.

Constatamos também que diversos trabalhos não são remunerados da forma juridicamente determinada tanto pela IES pública como pela IES privada, ou seja:

A elaboração de material deveria ser remunerada como hora-atividade já estabelecida na carga horária semanal do professor;

Para o acompanhamento aos alunos tanto na solução das dúvidas/explicações complementares ou nos momentos de avaliação é necessário que este tempo seja estabelecido e remunerado pelo número de horas-aulas necessárias. Esta carga horária deve estar integrada

à carga horária semanal do professor ou a hora-aula deverá ter valores diferenciados, considerando-se o curso de curta duração;

Gravação de vídeos: a remuneração poderá ser por hora-atividade ou por tarefa específica. Deve-se levar em conta, neste caso, o direito de imagem;

Jornada de trabalho – jornada nuclear, previamente definida por contrato com uma carga horária semanal, nos mesmos moldes e parâmetros;

Horário de trabalho – flexível e agenda de trabalho previamente definida com a instituição de ensino constando datas/horários de presença do professor na instituição;

Hora atividade – em percentual sobre a carga horária contratual, podendo ser a forma de contemplar a disponibilidade do professor. Quanto mais próxima da realidade for a norma fixada, menor a possibilidade de vulnerabilidade contratual. Somente reconhecendo esta diversidade é possível garantir a proteção dos professores.

Direitos autorais – devem ser previamente estabelecidos pelas partes, no que dizem respeito à utilização dos materiais elaborados e da imagem do professor, ou no silêncio; presume-se que não podem ser reutilizados pela instituição sem prévia autorização do professor.

Nesse quadro, faz-se necessário um reporte aos aspectos legais, principalmente à Lei 9.394/96 que orienta a valorização dos profissionais da educação no seu artigo 67 e que nem sempre é reconhecida pelas instituições privadas de ensino, que legitimam apenas os aspectos pontuais do artigo 13.

Entendemos por outro lado que o assunto aqui proposto apresenta-se como um campo ainda pouco explorado, principalmente em se tratando da modalidade de educação a distância tendo em vista que é preciso avançar na luta por uma educação a distância de qualidade, além da qualificação docente dos tutores e dos professores e suas condições de trabalho. É fundamental que se avance no estabelecimento de parâmetros quanto ao número de alunos atendidos.

O Decreto 5.622/2005 aborda diversos aspectos a respeito dos projetos pedagógicos para os cursos e programas que devem contemplar, mas não menciona a relação tutoria e número de alunos. Muitas instituições abusam nessa relação expondo seus profissionais à situação de significativa exploração.

Neste sentido, a função de tutoria ainda não recebeu o pleno reconhecimento como lugar essencial de mediação pedagógica nos cursos não presenciais. Infelizmente, também pelo próprio Ministério

da Educação, por meio da Universidade Aberta do Brasil que, remunera esta função como bolsa de pouco mais que um salário-mínimo, sem direitos trabalhistas ou previdenciários.

É de se frisar que apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), ter permitido significativos avanços no conceito de educação a distância em todos os níveis; do Decreto 5.622, de 19/12/2005, regulamentador da educação a distância no Brasil e do Decreto 5.000, de 8/06/2006, que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, a legislação trabalhista ainda deixa muito a desejar no que tange aos direitos dos docentes.

Nenhum dos diplomas legais ateu-se à essência de uma educação de qualidade, que diz respeito a conferir condições de trabalhos condignas aos profissionais imersos no processo.

Espera-se ainda que as entidades sindicais patronais e de empregados envolvidos no processo da educação a distância cheguem ao consenso em relação às condições básicas de trabalho dos profissionais representados, inserindo cláusulas nos instrumentos normativos que supram a lacuna legislativa existente.

O objetivo deste trabalho foi problematizar a situação da educação a distância no Brasil, o papel dos professores e tutores que atuam nesta modalidade de ensino, bem como abordar os aspectos das condições de trabalho relacionados à figura do tutor e do professor.

Como já demonstrado, não há legislação trabalhista específica que proteja a figura do tutor, gerando como consequência desta deficiência legislativa inúmeros debates acerca de sua classificação como de efetivo professor ou como mero empregado administrativo.

Algumas instituições de ensino defendem a ideia de que o tutor é um empregado administrativo e que como qualquer outro empregado deve trabalhar oito horas diárias, enquadrando-se na regra geral da jornada de trabalho e não na norma especial destinada aos professores. Por sua vez, os sindicatos dos professores têm atuado na defesa de que o tutor é uma espécie de docente, visto que além de ministrar aulas, realiza todas as outras atividades inerentes à docência, as quais possuem especificidades típicas desta profissão, tais como a correção de exercícios e de provas, o esclarecimento de dúvidas dos alunos, a motivação dos mesmos ao estudo, papéis inerentes ao aprendizado regular. Neste sentido, devem ser aplicadas ao tutor as leis protetivas dos professores.

No caso da educação a distância, a figura do tutor, apesar de ser o elo entre a instituição de ensino e os alunos, como se percebe,

é pouco valorizada, devido ao desconhecimento da importância do mesmo no processo do aprendizado.

O tutor, na grande maioria dos cursos, é o único contato humano pessoal com o aluno durante o ensino. Ele é o profissional que incentiva e orienta o aluno no aprendizado e a continuar no curso.

Em muitos casos, é por causa do tutor que o aluno se motivará a continuar os estudos, pois como antes descrito, é necessário maior responsabilidade, organização, força de vontade e determinação muito maior por parte do aluno de ensino a distância em relação ao aluno de um curso presencial tradicional.

Por certo, uma das razões da evasão de alunos nos cursos de educação a distância diz respeito à problemática da tutoria: os tutores ao serem pouco valorizados e mal-remunerados, não exercem com desempenho as atividades exigidas por este profissional. Acrescenta-se a isto, a rotatividade dos tutores em razão das más condições de trabalho e de nenhuma legislação protetiva trabalhista para estes profissionais.

São preocupantes no trabalho docente na educação a distância questões como: condições de trabalho, remuneração, quantidade de alunos por docente, falta de proteção trabalhista e atenção pedagógica.

Além desses aspectos, há também questões relacionadas ao oferecimento cotidiano do curso. Aliás, é no trabalho de acompanhamento dos estudantes pela *internet* que, mais se evidenciam implicações ao trabalhador docente.

Embora a educação a distância esteja regulamentada num plano mais geral, ela carece de regulamentação em termos trabalhistas. Os sindicatos ainda se posicionam de forma vacilante no que tange à defesa dos direitos trabalhistas dos profissionais envolvidos neste processo.

## Referências

- ADORNO, Theodor W.; Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALCADIPANI, R. e BRESLER, R. Macdonaldização do ensino: Universidades e escolas adotam o modelo da fast-imbecialização. In: *Carta Capital*, São Paulo, Ano VI, Edição 122 de 10 maio 2000, p.20-24.
- ALMEIDA, Fernando José et al. *Educação a Distância: Formação de Professores em Ambientes Virtuais e Colaborativos de Aprendizagem*. São Paulo, Projeto NAVE, 2001.
- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Incorporação da tecnologia de informação na escola: vencendo desafios, articulando saberes, tecendo rede. In: MORAES, Maria
- ALONSO OLEA, Manoel. *Introdução ao Direito do Trabalho*. São Paulo Editora Sulina, 1969.
- ALONSO, Kátia Morosovi. A Expansão do Ensino Superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out-dez, 2010.
- ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. *Educação a Distância: Uma Nova Concepção de Aprendizagem e Interatividade*. São Paulo, Futura, 2003.
- ANATED – Associação Nacional dos Tutores em Educação a Distância. Disponível em <<http://www.anated.org.br/index.php/multimedia/noticias/215-tutor-recebe-novos-indicadores-de-avaliacao-do-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes.html>>. Acesso em 02 de Jan. de 2011.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo. As Políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5a. Ed., 2000.
- ANTUNES, R. & BRAGA (orgs). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. *A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil*. In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A (orgs). *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

- APPLE, M. Políticas culturais e educação. Porto: Porto Editora, 1999.
- ARAÚJO, José Paulo. O Que os aprendizes esperam dos professores na Educação a Distância On-line? Disponível em: <[www.omunicar.pro.br/artigos/expect.htm](http://www.omunicar.pro.br/artigos/expect.htm)> 2001. Consulta em: 20 de março de 2012.
- ARETIO, Lorenzo Garcia. La educación a distancia: de la teoría a la práctica. Barcelona: Ariel, 2002.
- AZEVEDO, Adriana Barroso de. Tutoria em EAD para além dos elementos técnicos e pedagógicos. Palestra apresentada no III Seminário EAD – Ufes – Formação de professores, tutores e coordenadores de polos para UAB. 22 a 24 set. 2008.
- BALTAR, Paulo. Emprego, políticas de emprego e política econômica do Brasil. 2010. Disponível em [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/politicas\\_empre-go\\_242.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/politicas_empre-go_242.pdf). Acesso em 15 de Setembro de 2012.
- BARROS, Verônica Altes. O trabalho do docente virtual: análise jurídica das condições de trabalho decorrentes do sistema de educação a distância. Manaus: Anais do Conpedi, 2007.
- BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. 4ª Ed. Campinas: Autores Associados. 2006.
- \_\_\_\_\_. Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 78, abril, 2002.
- \_\_\_\_\_. educação a distância. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- BENTES, Roberto de Fino. A avaliação do tutor. In. Educação a Distância: o estado da arte. LITTO, Frederic; FORMIGA, Marcos. São Paulo, Pearson, 2009
- BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. A Educação a Distância no Brasil. Entrevista concedida a Revista EaD Tutor, Vol.01. Disponível em: <<http://www.mflip.com.br/pub/eadtutor/>>. Acesso em: 22 de Dez. de 2011.
- BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa, O movimento operário europeu em crise. São Paulo, Boitempo, 1998.
- BITTAR, Carlos Alberto. Direito de Autor. 3. ed., Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária. 2000.
- BORGES, A.; DRUCK, M. G.. Crise global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho. Caderno CRH, Salvador:, n.19, jul/dez, 1993, p. 22-43.

BORI, C. M. and Durham, E. R. (eds.) *Eqüidade e Heterogeneidade no Ensino Superior Brasileiro* (Brasília: INEP). 2000.

BRASIL. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: IPEA, 2009. 3 v. : gráfs., tabs. – (Brasil: o estado de uma nação) Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro\\_BrasilDesenvEN\\_Vol03.pdf](http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf) (2009)

BRASIL. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: IPEA, 2009 [http://www.ipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2007/12\\_bif327.pdf](http://www.ipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2007/12_bif327.pdf)

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto 5.000 de 08/06/2006. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em 10 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto 5.622 de 19-12-2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em 10 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.394/98 Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em 12 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 2494. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em 10 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Portaria 4.059 de 2009. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em 10 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Portaria MEC nº 2.253. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em 10 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Portaria MEC nº 640. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em 10 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 301/98 Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em 10 DE Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 01, de 03/04/2001 Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/Resolucoes.pdf>>. Acesso em 17 de Outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 01, de 03/04/2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/Resolucoes.pdf>>. Acesso em 10 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 01, de 05/07/2000 Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/Resolucoes.pdf>>. Acesso em 21 de Novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 01, de 26/02/1997 Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/Resoluções.pdf>>. Acesso em 10 DE Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 03/99 Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/Resoluções.pdf>>. Acesso em 10 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação a distância. Referenciais de qualidade para cursos a distância. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciais.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, no. 42. Edição no. 42 de Fevereiro de 2010. <http://www.ipea.gov.br>

BRASIL. *Lei n. 10.861* – 14 abr. 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 10.973* (Lei de Inovação Tecnológica) - 02 dez. 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Brasília: Congresso Nacional, 2004. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 5.540* – 28 nov. 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, sua articulação com a escola média e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1968. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>

\_\_\_\_\_. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT - 1943.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 25. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2000. 307 p. (Coleção Saraiva de Legislação).

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

\_\_\_\_\_. Leis, Decretos. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, v. 134, n. 248, Seção I, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Na-

cional. Texto integral da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. MEC/Secretaria de Educação Superior. Regulamentação da EAD no Brasil. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/Sesu/educdist.shtm> Acesso: 30/09/2005.

\_\_\_\_\_. MEC/Secretaria de Ensino a Distância. Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seed/indicadores.shtm> Acesso: 15/05/2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. UAB - Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: [http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6&Itemid=18](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18). Acesso em: 07 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de Novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. DIEESE. [http://portal.mte.gov.br/data/files/BA7C812D33EF459C01340E32B8A3246F/PED\\_METROPOLITANA%20outubro%202011.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/BA7C812D33EF459C01340E32B8A3246F/PED_METROPOLITANA%20outubro%202011.pdf). 2011. Acesso em 16 de Janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. TST Enunciado nº 351 - Res. 68/1997, DJ 30.05.1997 - Mantida - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. Professor - Salário Mensal à Base de Hora-Aula - Repouso Semanal. [http://www.dji.com.br/normas\\_inferiores/enunciado\\_tst/tst\\_0331a0360.htm](http://www.dji.com.br/normas_inferiores/enunciado_tst/tst_0331a0360.htm)

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996.

CARDOSO, Fernando. Gestão de e-learning: saiba planejar, monitorar e implementar o e-learning para treinamento corporativo. São Paulo: Saraiva, 2007.

CASTEL, R. As metamorfoses do trabalho. In: FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S.; NORONHA, J.C. (Orgs.) Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.147-163.

COSTA, C.; PIMENTEL, N. O Sistema Universidade Aberta do Brasil na consolidação da oferta de cursos superiores a distância no Brasil. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 10, n. 2, p. 71-90, jun. 2009.

COUTINHO, L.. Terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança, Revista Economia e Sociedade, Campinas, n.1, ago., 1993, p. 69-87

CUT, Central Única dos Trabalhadores. Reforma Sindical: Quem somos, de onde viemos, para onde vamos - Caderno de Subsídios. Secretaria Nacional de Organização da CUT, 2003.

DAVIES, N. Mecanismos de financiamento: a privatização dos recursos públicos, in L. M.W. Neves (ed.) O Empresariamento da Educação. São Paulo: Xamã, 2002.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 2 ed, São Paulo, Ltr, 2009.

\_\_\_\_\_. Contrato de trabalho: caracterização, distinções, efeitos. São Paulo: LTr, 1999.

DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2012.

DRAIBE, S. M. A Política Social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reformas? In: DINIZ, E. & AZEVEDO, S. de. (Org.) Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília, ENAP, 1997.

DRUCK, M. G. Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica – um estudo do complexo petroquímico da Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, 1995, 275 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, C.G.. O fordismo, sua crise e o caso brasileiro. Cadernos do CESIT, Campinas, n.13, 1993.

FERRETTI, C. J. Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: Capitalismo, trabalho e educação. In LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J.L. (Orgs.) Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea), p.97-118.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9  
Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>

FIORENTINI e MORAES (orgs.). Linguagens e interatividade na educação a distância. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FIORI, J. L.. As palavras e as coisas. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 ago. Cad. 6, 1994, p. 3.

FORTALEZA, Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Modalidade a Distância. UECE, 2008.

FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira de, O ensino superior e a reestruturação produtiva do mundo do trabalho: o impacto da precarização nas relações de trabalho dos docentes no ensino superior em Uberlândia-MG / Polyana Imolesi Silveira de França. - 2008. 118 f.: il. Orientadora: Marilúcia de Menezes Rodrigues. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira de. As Reformas no Setor Educacional Brasileiro e a Expansão do Ensino Superior. In: FRANÇA, Robson Luiz de (org.). *Educação e Trabalho: políticas públicas e a formação para o trabalho*. Campinas, SP: Alínea, 2010.

FRIGOTTO, G (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, G. A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1984.

\_\_\_\_\_. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J.L. (Orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea), p. 61-74.

FUKUYAMA, F. O fim da história e o último homem. São Paulo: Ed. Rocco, 1992

GENTILI, P. A *falsificação do consenso*: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J.L. Capitalismo, trabalho e educação (Orgs.) Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea), p.45-59.

GENTILI, Pablo (Org.): *Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995.

GONÇALVES, Marluce Torquato Lima; NUNES, João Batista Carvalho. Tecnologias de Informação e Comunicação: limites na formação e prática dos professores. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, 2006, Caxambu, 2006.

GONZALEZ, Mathias. Fundamentos da tutoria em Educação a Distância. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

GUTIÉRREZ, F. & PIETRO, D. A Mediação Pedagógica: Educação a Distância Alternativa. Campinas, Papyrus, 2009.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a modernidade*, São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IANNI, Octávio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Inclui adendo especial com os textos originais dos artigos alterados.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2003a) *Edudatabrasil*.

KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J.L. (Orgs.) Capitalismo, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea), p.

77-95.

Laboratório e Novas Tecnologias – LANTE. O Tutor a Distância e suas atribuições. Disponível em: < <http://74.126.24.71/lante/index.php?page=tutoria-a-distancia> >. Acesso em 16 de Dez. de 2010.

LAZARO, A. ASENSI, J. Manual de Orientación Escolar y Tutoria. Madrid, Narcea, 2008.

LEMGRUBER, Márcio Silveira. Educação a Distância: para além dos caixas eletrônicos. Pernambuco. Anais do 2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação a Distância: para além dos caixas eletrônicos. Pernambuco: Anais do 2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, 2008, p. 73.

\_\_\_\_\_. Educação a Distância: para além dos caixas eletrônicos. Pernambuco. Anais do 2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, 2008, p. 73.

LÉVY, Pierre. (2000) Educação e Cibercultura. In <http://www.sescsp.org.br>. Acesso em Ago/2003.

LIMA, L. C. O paradigma da educação contábil: perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal. In: SGUISSARDI, V.; SILVA Jr., J. R. (Orgs.). *Políticas públicas para a educação superior*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1997. p. 23-62.

LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Marcos Maciel (Orgs). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2009.

LITWIN, Edith (org). Educação a Distância: Temas para Debate de uma Nova Agenda Educativa. Porto Alegre, Artmed, 2001.

LITWIN, Edith. Educação a Distância: Temas para Debate de uma Nova Agenda Educativa. Porto Alegre, Artmed, 2001.

\_\_\_\_\_. Das tradições à virtualidade: educação a distância – temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. Das tradições à virtualidade: educação a distância – temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 94.

\_\_\_\_\_. Das tradições à virtualidade: educação a distância – temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 103.

LUCENA, Carlos. Tempos de Destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas/SP: Autores Associados, Uberlândia/MG: EDUFU, 2004.

LUKÁCS, G. O trabalho. Tradução de Ivo Tonet. Alagoas: UFA, s.d. 75 p. Título original: Il Lavoro. In: Per una ontologia dell' Essere Sociale. 1984.

LÚ-KRÁSSINE, G. Chakhnazárov. Fundamentos do Marxismo-Leninismo. Moscovo: Edições Progresso, 1985.

LUZ, M. T. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 39-57, 2005.

MACHADO, Liliana de; MACHADO, Elian de Castro. O papel da tutoria em ambientes de EAD. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional da Abed, Salvador, 7 a 9 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/022-TCA2.htm>. Acesso em: 21 abr. 2012.

MACHADO, Liliana Dias. MACHADO, Elian de Castro. O Papel da tutoria em Ambientes de EaD. Disponível em: < <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/022-TC-A2.htm> >. Acesso em 26 de Dez. de 2010.

MACHADO, Liliana Dias. O papel da Tutoria em Ambientes de educação a distância. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004, p. 01.

\_\_\_\_\_. O papel da Tutoria em Ambientes de educação a distância. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004, p. 10.

\_\_\_\_\_. O papel da Tutoria em Ambientes de educação a distância. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004.

MAGGIO, Mariana. O tutor na Educação a Distância. In LITWIN, Edith. Educação a Distância. Temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 93-110.

MANCEBO, Deise. Autonomia universitária: reformas propostas e resistência cultural. *Universidade e Sociedade*, ano VIII, n.5, p. 51-59, 1998.

\_\_\_\_\_. Políticas para a educação superior e cultura universitária: o exercício da solidão no ideário neoliberal. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 463-480, 1999.

\_\_\_\_\_. Universidade para todos: a privatização em questão. In: Pró-Posições/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, v. 15, n. 3 (45), set/dez, 2004. (75-90).

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 2002.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política. Livro I, V. I, São Paulo, DIFEL, 1982.

\_\_\_\_\_. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves [a partir da tradução francesa]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Clássicos).

\_\_\_\_\_. Manuscritos económico-filosóficos. Lisboa: Ed. 70, 1993

\_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1982. Livro I, v. I, p. 41.

MARX, Karl; Friedrich, Engels. A ideologia alemã I. Lisboa: Editorial Presença, 1980. p. 32.

\_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. 2ª Ed. Avante, 1984.

MATOS, K. S. L. de & VIEIRA, S. L. Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001.

MATTAR, João. Tutoria e interação em educação a distância. São Paulo: Cengage Learning, 2012. (Série Educação e Tecnologia)

MEIRELES, Edilton. Direitos autorais e de patente na relação de emprego. LTr Suplemento Trabalhista, v. 34, n. 134, p. 608-13, 1998.

MÉSZÁROS, István. Marx: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. A Educação para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILL, Daniel Ribeiro. Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de

sexo na Idade Mídia. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), Belo Horizonte, 2006.

\_\_\_\_\_. Trabalho docente na educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas. *Revista extra-classe*. N1, v1, Fevereiro, 2008.

Ministério da Educação. EDITAL N°. 15/2010 – Processo seletivo de tutor a distância. Disponível em: [www.ifms.edu.br/.../EDITAL\\_15\\_2010\\_IFMS\\_e-TEC\\_TUTORES\\_DISTANCIA\\_FI-NAL\\_22.11.2010.pdf](http://www.ifms.edu.br/.../EDITAL_15_2010_IFMS_e-TEC_TUTORES_DISTANCIA_FI-NAL_22.11.2010.pdf).

Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/informacao.asp>

MOLLIS, M. Geopolítica del saber: biografías recientes de las universidades latinoamericanas. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~anped11>>. Acesso em: 1 dez. 2005.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

\_\_\_\_\_. O Método 4. As idéias: habitat, vida, costumes, organização. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NAIDORF, J. La privatización del conocimiento público en universidades públicas. In: GENTILI, P.; LEVY, B. (Orgs.). *Espacio público y privatización del conocimiento*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005, p. 101-162.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. 25.ed., São Paulo, Ltr, 1999.

NEDER, M. L.C. A orientação acadêmica na educação a distancia: a perspectiva de (re)significação do processo educacional. In: PRETI, O. Educação a distância: construindo significados. Brasília: Plano, 2000.

NEVES, Inajara Viana de Salles. Condições de trabalho do docente na rede privada na educação a distância em nível superior. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

\_\_\_\_\_. Condições de trabalho do docente na rede privada na educação a distância em nível superior. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, p. 08.

NISKIER, Arnaldo. Educação a Distância: A Tecnologia da Esperança. São Paulo, Loyola, 1999.

NOVELLI, P. G. A., PIRES, M. F. C. A dialética na sala de aula. Botucatu: UNESP, 1996.

OLIVEIRA, D.A. As reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. Daniela Motta. A formação de professores a distância para a nova sociabilidade: Análise do “Projetos Veredas” de Minas Gerais. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

\_\_\_\_\_. A formação de professores a distância para a nova sociabilidade: Análise do “Projetos Veredas” de Minas Gerais. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 156.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. Educação a Distância na Transição Paradigmática. 3ª Ed., Campinas, SP: Papirus, 2008

OLIVEIRA, Francisco. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 22, p. 8-28, out./nov., 1988.

OLIVEIRA, Gleyva Maria S. de. O perfil de tutoria nos projetos de cursos a distância voltados para a formação de professores do ensino fundamental. Cuiabá: Nead/UFMT, 2002.

OLIVEIRA, Romuldo Portela de, A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009 739. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

OTRANTO, Celia R. Desvendando a política da educação superior do governo Lula. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano XVI, n. 38, p. 18 29, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.celia.na\\_web.net/pasta1/trabalho14.htm](http://www.celia.na_web.net/pasta1/trabalho14.htm)>. Acesso em: 10 maio 2012.

PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço. Porto Alegre, Artmed, 2002.

PALUMBO, Rafael; HASSON, Roland. O contrato de trabalho e os direitos de autor do fotógrafo empregado. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2005

PASINETTI, L. L. Crescimento e Distribuição de Renda. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1979.

\_\_\_\_\_. Crescimento Econômico e Distribuição de Renda. Rio de Janeiro, 1979, Zahar

PETERS, O. Didática do ensino a distância. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2001.

PIMENTA, C. C. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 32 (5), set./out. 1998, p. 173-199.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? Educação e Sociedade. Revista de ciência em educação. Campinas, v.1, n. 1 p. 35 – 55. Dezembro, 2004.

PRETTI, Oresti. Educação a distância: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: Nead/IE- UFMT, 1996.

PREVITALI F. S., FRANÇA R. L.; FAGIANI. C. C, OMENA A. C. LIMA. A. B. Trabalho, Educação e Reestruturação Produtiva no Século XXI. In.: Trabalho e educação no século XXI: experiências internacionais - Carlos Lucena e João dos Reis Silva Júnior (Organizadores). – 1. Ed. São Paulo: Xamã, 2012.

PREVITALI, F. S. Trabalho, Educação e Reestruturação Produtiva. IN.: PREVITALI, F. S. FRANÇA, R. L. FABIANI, C. C. Trabalho e Reestruturação produtiva na agroindústria sucroalcooleira. São Paulo, Ed. Xamã, 2012 p. 145 – 164

\_\_\_\_\_. Controle e resistência do trabalho na reestruturação produtiva do capital no setor automotivo. IN: Mediações, Londrina, v.1, n°1, MC Gráfica, 2006b, pp:125-146.

\_\_\_\_\_. O caso Mercedes-Benz: ABC e Campinas. IN: ANTUNES, R. (Org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006 a, pp: 147-154.

RAMOS, Alexandre. Contrato temporário de trabalho. São Paulo, Editora Ltr, 1999.

RODRIGUES, José. Os Empresários e a Educação Superior. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

RUMMERT, Sonia. M. Educação e Identidade dos Trabalhadores: concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SÁ, Iranita. Educação a Distância: Processo Contínuo de Inclusão Social. Fortaleza, C.E.C., 1998, p. 46.

SACRISTÁN, J. G. Reformas Educacionais: Utopia, retórica e prática. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. *Escola S.A. – quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996, p. 50-74.

SALGADO, M. U. V. EaD na universidade do século XXI – Texto I – Orientação acadêmica e tutoria nos cursos de graduação a distância. 2003 – acesso em 07.09.2012. <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2003/edu/pgm3.htm>

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In C. J. Ferretti, D. M. L. Zibas, F. R. Madeira, & M. L. P. B. Franco (Orgs.), *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar* (pp. 151-68). Petrópolis: Vozes. 1994.

\_\_\_\_\_. Sobre a concepção de politecnia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio, 1987.

SCHNEIDER, Marco. Música e capital midiático: introdução a uma crítica da economia política do gosto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de mestrado.

SCHWARTZMAN, J; SCHWARTZMAN, S. O ensino superior privado como setor econômico. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: <[www.schwartzman.org.br](http://www.schwartzman.org.br)>. Acesso em 08 jan 2008.

SGUISSARDI, V. a universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. L. A. (Orgs.). *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez Editora, 2004, p. 33-52.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC. São Paulo: Xamã, 2005.

SILVA, Aerton de Paula. O panorama da EAD atual, a legislação brasileira vigente e a globalização. Disponível: <<http://www.sinprominas.org.br/conteudos/detalhes.aspx?IdCanal=119&IdMateria=70>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2012.

SILVA, Horácio Penteado de Faria e. “O Empresariado e a Educação”. In: FERRETTI, Celso João et al (orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

SILVA, Marinilson Barbosa. O processo de construção de identidades individuais e coletivas do ser-tutor no contexto da educação a distância, hoje. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Marinilson Barbosa. O processo de construção de identidades individuais e coletivas do ser-tutor no contexto da educação a distância, hoje. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SINPROMG. Anais do 4º Encontro de professores da educação superior da rede privada. Disponível em: <http://www.sinpromg.org.br/4encontro-anais.html>. Acesso em: 17 ago. 2012.

SITE COLABORATIVO. Modelos de Remuneração para Professores e Tutores de Cursos a Distância. Disponível em <http://www.colaborativo.org/blog/2008/11/24/modelos-de-remuneracao-para-professores-e-tutores-de-cursos-a-distancia/> Acesso em 14 de março de 2010.

SOARES, L.T.R. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOCINFO. Ministério da Ciência e Tecnologia. Programa Sociedade da Informação – SocInfo. Brasília, DF, 2000. Disponível em <http://www.mct.gov.br>. Acesso em 26 de Dez. de 2010.

SOUZA, Carlos Alberto de; SPANHOL, Fernando José; LIMAS, Jeane Cristina de Oliveira; CASSOL, Marlei Pereira. Tutoria na educação a distância. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional da Abed, Salvador, 7 a 9 de setembro de 2004. Disponível em: [http://www.aed.org-br/congresso 2004](http://www.aed.org.br/congresso%2004) >. Acesso em: 15 mar. 2011.

SOUZA, Carlos Mathias. Direito Autoral. Brasília, Editora Brasília Jurídica, 1998, p. 47.

SOUZA, João Paulo Afonso de. A teoria do valor-trabalho e o problema da transformação: uma análise com foco no sistema único temporal. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-04102007-105111/> >. Acesso em: 2013-01-15.

VILELA, Vivian Selma Schulz. Indicadores de qualidade para avaliação de instituições de ensino superior à distância: sobre ótica do usuário. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006, p. 05.

VYGOTSKY, Lev. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ZANELLA, J. L. O trabalho como princípio educativo do ensino. Tese. Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em

Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.



## Sobre a autora



### *Polyana Imolesi Silveira de França*

*Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia em 2013. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia em 2008. Mestre em Magistério do Ensino Superior pelo Centro Universitário do Triângulo em 2002. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia em 1995. Atua como docente na Esamc e na Unipac Uberlândia. Membro do grupo de pesquisa em Trabalho, Educação e Formação Humana – Histedbr – FACHED/UFU.*



Esperamos que esse livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Título A precarização do trabalho na educação a distância: o trabalho do Tutor em questão  
Autor Polyana Imolesi Silveira de França  
Revisão Lurdes Lucena  
Páginas 102  
Tipografia Gill Sans MT  
Formato A4  
1ª Edição Maio de 2016

**Navegando Publicações**  
CNPJ – 978-85-92592-00-4



*Navegando Publicações*

[www.editoranavegando.com](http://www.editoranavegando.com)  
[editoranavegando@gmail.com](mailto:editoranavegando@gmail.com)

Uberlândia – MG  
Brasil



As reformas educacionais no contexto, tanto da reestruturação produtiva do trabalho quanto da reforma de Estado, iniciada na última década no Brasil e também nos demais países da América Latina, trouxeram mudanças profundas e significativas para os trabalhadores em geral e especificamente para os trabalhadores docentes.

No atual contexto questões sobre os processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho devem ser consideradas nessa discussão bem como o impacto das chamadas desvalorização e desqualificação da força de trabalho, desprofissionalização e proletarização do trabalho docente, o docente como um trabalhador de um sistema produtivo e o docente como produto de seu trabalho.

Cuida, pois de entender a questão da precarização do trabalho docente no ensino superior na modalidade da educação a distância: a subordinação do conhecimento aos imperativos do capital e toma como referência o processo de mercantilização da educação superior e a respectiva desprofissionalização docente.

Prof. Dr. Robson Luiz de França

